



MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Consultora: Verônica Almeida dos Anjos

Projeto: Projeto BRA/04/029

1

Local e Data: BRASÍLIA, 24 de outubro de 2014.

Assinatura da Consultora

LISTA DE SIGLAS

| Sigla | Tradução |
|--------------|---|
| AC | Acre |
| AL | Alagoas |
| AM | Amazonas |
| ANP | Academia Nacional de Polícia |
| AP | Amapá |
| APH | Atendimento Pré-hospitalar |
| APMCB | Academia de Polícia Militar Cabo Branco |
| BA | Bahia |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BMRS | Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul |
| BMS | Brasil Mais Seguro |
| CCOPAB | Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil |
| CE | Ceará |
| CGLog | Coordenação-Geral de Logística |
| CGM | Centro de Gerenciamento e Monitoramento |
| CGOp | Coordenação-Geral de Operações |
| CGTC | Coordenação-Geral de Treinamento e Capacitação |
| CRH | Coordenação de Recursos Humanos |
| DEPRO | Departamento de Políticas, Programas e Projetos |
| DF | Distrito Federal |
| DFNSP | Departamento da Força Nacional de Segurança Pública |
| DPF | Departamento de Polícia Federal |
| EB | Exército Brasileiro |
| ENAFRON | Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras |
| ENASP | Estratégia Nacional de Justiça de Segurança Pública |
| ES | Espírito Santo |
| FIFA | Federação Internacional de Futebol Associado |
| FNSP | Força Nacional de Segurança Pública |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| GBS | Grupamento de Busca e Salvamento |

| | |
|----------|--|
| GGI | Gabinete de Gestão Integrada |
| GGIM | Gabinete de Gestão Integrada Municipal |
| GO | Goiás |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade |
| IMPO | Instrução de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo |
| INC | Instrução de Nivelamento de Conhecimento |
| ITI | Instrução Tática Individual |
| MA | Maranhão |
| MJ | Ministério da Justiça |
| MS | Mato Grosso do Sul |
| MT | Mato Grosso |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCC | Primeiro Comando da Capital |
| PEC | Proposta de Emenda à Constituição |
| PF | Polícia Federal |
| PMPA | Polícia Militar do Pará |
| PMBA | Polícia Militar da Bahia |
| PMMA | Polícia Militar do Maranhão |
| PMRJ | Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro |
| PMRS | Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRONASCI | Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania |
| RENAESP | Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública |
| SEMA | Secretaria Estadual de Meio Ambiente |
| SENASP | Secretaria Nacional de Segurança Pública |
| SUSP | Sistema Único de Segurança Pública |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |

SUMÁRIO

| Capítulo | Página |
|---|--------|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| PARTE I – NOTAS METODOLÓGICAS | 7 |
| PARTE II – RELATÓRIO DA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A CRIAÇÃO DO DFNSP | 12 |
| II.1. Concepção | 12 |
| II.2. Lema | 17 |
| II.3. Inspiração | 18 |
| II.4. Integrantes | 21 |
| II.5. Brasão | 23 |
| II.6A. MARCO LEGAL – Criação | 26 |
| II.6B. MARCO LEGAL – Estruturação | 29 |
| II.7. ATUAÇÃO | 45 |
| II.7A. ATUAÇÃO – Primeiras Operações | 49 |
| II.7B. ATUAÇÃO – Operações em geral | 56 |
| II.7C. ATUAÇÃO – Principais Operações | 67 |
| II.8A. FORMAÇÃO – Primeiras INC | 71 |
| II.8B. FORMAÇÃO – Cursos e Treinamentos | 75 |
| II.9A. CONTEXTO SOCIAL – Fatos relevantes para a Política Nacional de Segurança | 89 |
| II.9B. CONTEXTO SOCIAL – Ações do Governo Brasileiro na Segurança Pública | 90 |
| PARTE III – CONSIDERAÇÕES | 101 |
| PARTE IV – DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIA REFERENCIAIS | 103 |
| PARTE V – BANCO ICONOGRÁFICO CRONOLOGICAMENTE ORGANIZADO | |
| V.1. Registro Anual de Imagens de Operações | 104 |
| V.2. Registro Anual de Imagens de INC | 293 |
| V.3. Registro de Imagens de Atividades Especiais | 352 |
| V.4. Registro de Imagens de Matérias Jornalísticas | 354 |
| PARTE VI – ANEXOS | 435 |

INTRODUÇÃO

PRODUTO 3

A Consultoria realizada no âmbito do Projeto BRA/04/029, executado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública compreende como **Produto 3: Relatório, contendo dados documentais e imagens, cronologicamente sistematizados, contemplando a evolução organizacional e operacional do DFNSP dentro das ações da SENASP.**

O documento que se constitui como o Produto III foi desenvolvido com a seguinte organização:

Parte I – Notas Metodológicas

Parte II – Relatório da Pesquisa Documental sobre a criação do DFNSP

Parte III – Considerações

Parte IV - Documentos e Bibliografia Referenciais

Parte V – Banco Iconográfico cronologicamente organizado

Parte VI – Anexos

A Parte I – Notas Metodológicas contém as observações metodológicas que registram o método e as ferramentas utilizadas para a elaboração do Relatório de Pesquisa como também do Banco Iconográfico.

As Partes II e V são respectivamente os conteúdos dos Produtos 1 e 2 da Consultoria, a saber:

- Produto 1: Documento Técnico contendo o relatório da pesquisa documental sobre a criação do DFNSP associando à contextualização histórica da segurança pública do país e da SENASP, vinculando os protagonistas envolvidos;
- Produto 2: Banco Iconográfico cronologicamente organizado, considerando a pesquisa documental e as diversas atividades representativas de ações do DFNSP como instruções, missões,

ingresso de diferentes servidores públicos e ações a eles relacionadas.

Na Parte III – Considerações estão reunidas as reflexões resultantes do desenvolvimento das atividades da consultoria, bem como reflexões formuladas pelos interlocutores abordados.

Na Parte IV – Documentos e Bibliografia Referenciais estão apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração da pesquisa documental.

A Parte VI – Anexos contém todos os documentos citados no corpo do texto.

PARTE I – NOTAS METODOLÓGICAS

Para realização do Produto 3, foi realizada uma ampla revisão dos Produtos 1 e 2. A revisão se baseou em informações adicionais coletadas posteriormente à entrega das versões anteriores e em alterações no formato do documento. A Parte II foi alterada de maneira a incluir o novo capítulo intitulado *Formação*, que trata especialmente do processo integral de qualificação dos profissionais membros da FNSP. Este documento, assim, contém a versão final dos mesmos. O Produto 3 representa a consolidação dos produtos anteriores, elaborado de maneira a integrar toda a produção da consultoria em um mesmo documento.

Para realização desta consultoria foi elaborado um Plano de Trabalho (Anexo 1) para que os produtos definidos fossem elaborados com base em insumos. Para a Pesquisa Documental (Produto 1), foram definidos os seguintes insumos:

- Bandeira insígnia/brasão da FNSP
- Estandarte histórico
- Convênios de Cooperação firmados e Notas Técnicas (texto modelo)
- Diretrizes de Segurança Pública desde 2004 até a atualidade
- Normativas referentes à criação da FNSP e DFNSP
- Estrutura organizacional do DFNSP
- Entrevistas com atores-chave para a criação da FNSP

Os referidos documentos e imagens foram cedidos pela CGTC. As demais informações foram obtidas por meio de pesquisa na internet. Somando-se à pesquisa documental, foram realizadas entrevistas com atores-chave no processo de criação da FNSP. As entrevistas integram a análise das informações como fonte qualitativa. A pesquisa qualitativa tem como objetivo primordial levantar dados não mensuráveis acerca do objeto da investigação. Nesse caso, foi

realizada para complementar o registro do processo de criação da FNSP, assim como seus primeiros anos de atuação.

Foram entrevistados os seguintes interlocutores:

- Alexandre Augusto Aragon – Diretor da FNSP desde 2011. Tenente-Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Participou da idealização e estruturação da FNSP desde 2004, ocupando algumas funções desde então.
- Luigi Gustavo Soares Pereira – Coordenador-Geral de Operações desde 2009. Major da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Iniciou sua trajetória em 2007 no comando de operações *in loco*.
- Heloísa Helena Kuser – Coordenadora-Geral de Treinamento e Capacitação desde 2011. Perita criminal do Instituto de Perícias do Rio Grande do Sul. Integrou a FNSP em 2010 para a realizar a primeira instrução dos profissionais de perícia.
- Aldemira Almeida Pontes – Coordenadora de Aquisições e Contratos desde 2011. Servidora pública do Departamento de Polícia Federal. Colaborou com a criação da FNSP em 2004 por parte da Polícia Federal na parceria então estabelecida.
- Aurélio Ferreira Rodrigues – Coordenador da FNSP de 2004 a 2007. Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.
- Isandre Antunes de Souza – Integrou a FNSP de 2005 a 2009, ocupando diversas funções. Capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Atualmente integra o Grupamento de Busca e Salvamentos da mesma.
- Mario Yukio Ikeda – Participou na elaboração das ementas das disciplinas em 2004 e como instrutor em diversos momentos. Tenente-Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e atual Chefe de Operações do Departamento de Comando e Controle Integrado da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.
- Vinicius Renner Galvani – Participou da FNSP desde sua criação em 2004 até 2007, ocupando diversas funções. Tenente-Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Atual Coordenador Regional de Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

As entrevistas foram analisadas e inseridas no documento sem identificação de autoria. Esse é um procedimento ético imprescindível para a elaboração de documentos de caráter científico.

Como parte da preparação para o trabalho de campo de pesquisa qualitativa, foi elaborado um roteiro semiestruturado de perguntas. O roteiro semiestruturado serve como uma referência de assuntos a serem abordados sem a limitação de um roteiro estruturado ou fechado de perguntas. Igualmente, ele possibilita a inserção de outras perguntas pertinentes ao conteúdo abordado pelo interlocutor entrevistado, a fim de aprofundar ou esclarecer sua narrativa. É importante ressaltar que as perguntas não foram literalmente feitas, e nem necessariamente na ordem apresentada. As técnicas de entrevista reforçam a relevância da realização das perguntas em formato de conversa para criar uma ambientação favorável à interação entre as partes.

Abaixo está o roteiro semiestruturado utilizado:

9

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

BLOCO DE PERGUNTAS: IDENTIFICAÇÃO

- Nome
- Profissão
- Ocupação atual
- Período de atuação na FNSP
- Função que ocupou FNSP

BLOCO DE PERGUNTAS: FNSP

- Como era a FNSP nesse período? [Estrutura; Gestão; Definição de missões etc.]
- A inspiração da FNSP foi o modelo de missões de paz da ONU? Por que? O que motivou a escolha desse modelo? Há semelhanças entre a FNSP e tropas de paz da ONU?
- Por que a FNSP foi transformada em Departamento? Qual a relevância dessa mudança? Em que momento ela chegou ao

tamanho que tem hoje? Como foi o processo de transformação da FNSP desde sua criação até a atualidade?

- Quais são os investimentos do governo federal para o ente conveniado quando é firmado um convênio? Qual a contrapartida e compromisso da unidade federada conveniada?
- Fale das coordenações. Qual o papel de cada uma? Qual a importância de cada uma?

BLOCO DE PERGUNTAS: COMPOSIÇÃO DA FNSP

- Explicar quais profissionais compunham inicialmente e quais foram incorporados.
- Explicar o que motivou a incorporação gradual dessas diferentes forças de segurança pública.
- Explicar o surgimento do BEPE
- Como foi pensado o modelo de capacitação e treinamento dos profissionais? Como surgiu o formato de Instrução de Nivelamento de Conhecimento (INC)?

10

BLOCO DE PERGUNTAS: OPERAÇÕES

- Como são definidas as operações?
- Quais foram as principais? Mais sucesso? Maior repercussão? Mais desafiadora? Mais longas?

BLOCO DE PERGUNTAS: IMAGEM

- No período inicial de atuação da FNSP, como ela era vista?
- Essa visão sofreu mudanças com o passar do tempo? E atualmente?
- Diferentes segmentos da sociedade têm visões diferenciadas da FNSP? Ex: policiais, civis, políticos, estudiosos etc.

BLOCO DE PERGUNTAS: ÚLTIMAS REFLEXÕES

- Conquistas?
- Desafios?
- Sugestões para aprimoramento da FNSP.

O Banco Iconográfico (Produto 2) foi concebido para consolidar um banco de imagens sobre a FNSP, de forma que sua atuação e processo de qualificação fossem registrados e a história de criação pudesse ser acessível a partir dessas imagens. Considerando que o Produto 1 reuniu as informações históricas e marco legal de criação da FNSP, o Produto 2 completa a construção histórica com base em registros visuais.

As imagens selecionadas correspondem às atividades de formação e operações desenvolvidas pela FNSP. Esse recorte possibilitou identificar a complexidade da formação dos seus integrantes, assim como a multiplicidade de ações realizadas no curso de uma operação.

Cabe destacar que as imagens registradas nesse documento foram cedidas pelo DFNSP. Algumas imagens possuem baixa qualidade em razão do tipo de máquina fotográfica utilizada à época. Nos primeiros anos após a criação da FNSP, as imagens coletadas são em menor número, já que o acesso à fotografia digitalizada era escasso.

Como parte do Banco Iconográfico, foram adicionadas imagens referentes a matérias jornalísticas coletadas pela equipe do DFNSP. Apesar do Termo de Referência desta consultoria não abranger a pesquisa de clippings jornalísticos, as matérias foram incluídas para que as imagens dessas matérias pudessem fazer parte do banco elaborado.

PARTE II – RELATÓRIO DA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE A CRIAÇÃO DO DFNSP

II.1. CONCEPÇÃO

A FNSP, criada em 2004, foi concebida como um programa de Cooperação Federativa, mediante convênio, que compreende:

- Operações conjuntas de segurança pública;
- Transferência de recursos;
- Desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais de segurança pública.

Seu surgimento foi em decorrência do cenário de violências e insegurança que afligiam a sociedade brasileira, que mobilizou a gestão pública federal para a identificação de soluções. Anteriormente a criação da FNSP, em 2001, foi implantada a Política Nacional de Segurança Pública pelo governo Lula, com o objetivo central de reforma das instituições de segurança e criação de um sistema único de segurança pública, intitulado SUSP. A Política igualmente estabelecia como meta a redução da violência e da criminalidade, que para tal deveria fomentar ações integradas e articuladas entre distintos órgãos e esferas governamentais.

Resumidamente, a área da segurança pública na esfera governamental federal foi impulsionada pelas seguintes medidas, até 2003:

| Período | Medida |
|---------|---|
| 1988 | Constituição |
| 1997 | Secretaria Nacional de Direitos Humanos Secretaria Nacional de Segurança Pública Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização– Infoseg |

| | |
|-------------|---|
| 2000 | 1º Plano Nacional de Segurança Pública |
| 2001 | Fundo Nacional de Segurança Pública |
| 2002 | 2º Plano Nacional de Segurança Pública |
| 2003 | Sistema Único de Segurança Pública – SUSP |

Essas iniciativas contribuíram para a construção de um contexto favorável à criação e solidificação da FNSP, pois o país buscava controlar a violência, principalmente letal, que afetava a preservação da ordem social. Entretanto, havia dificuldades para o controle da crise por capacidade técnica insuficiente das forças estaduais de segurança, como ocorreu em Rondônia, na crise no Presídio Estadual Urso Branco localizado em Porto Velho¹, que se destacava no cenário nacional. Essa crise fez o Brasil reconhecer e publicizar junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA que no presídio ocorriam práticas de violações de direitos humanos. Desde 2002, o Brasil respondia a processo na própria OEA por desrespeito às normas internacionais de direitos humanos em Urso Branco, evidenciado por massacres de presos, superlotação carcerária, instalações deficientes, dentre outros.

Por essa razão, as autoridades locais se dispuseram a pedir apoio às forças de segurança de São Paulo e do Rio Grande do Sul, pois essas possuíam qualificação e experiência em ações em presídios. Porém, não havia nenhum dispositivo constitucional que lhes permitisse atuar fora de seus estados de origem. Esse contexto reforçou a ideia de criação de uma tropa de cooperação federativa que pudesse atuar em apoio aos estados em situações de crise.

¹ A organização de direitos humanos Justiça Global juntamente com a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho realizaram uma pesquisa para elaborar um relatório com a finalidade de registrar a crise e as violações de direitos humanos ocorridas no Presídio Urso Branco. O documento pode ser acessado no link http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_ig_ro_urso_branco_2007.pdf

Em maio de 2002, foi apresentada ao Senado Federal a ideia de criação de uma *Guarda Nacional*, por meio da PEC Nº 534², cuja ementa propunha: *Altera o art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências da guarda municipal e criação da guarda nacional*. Entretanto, a ideia de criação de uma Guarda Nacional em âmbito federal serviu como modelo base para a instituição de uma Força Nacional composta por profissionais oriundos das corporações estaduais de segurança pública. Como a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, segundo os preceitos constitucionais e legislação vigente compete ao Estado, o Governo Federal deu início à implementação de medidas de apoio a projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência. Esse processo teria surgido em 1998, quando foi lançado o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal³, com ações para todos os setores da administração pública.

O Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído pela Lei Nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, institui medidas para assegurar o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública, se consolidaram como marco importante para a modernização da segurança pública. Nesse sentido, a FNSP foi concebida no âmbito do aprimoramento da capacidade de cooperação dos entes federados com a União, ou seja, ela se traduziu como uma estratégia de operacionalização da cooperação no campo da segurança pública. Sua criação foi impulsionada, portanto, pela necessidade dos estados contarem com apoio imediato, qualificado e experiente para atuação específica de polícia.

Segundo a pesquisa realizada e informações obtidas no DFNSP, a FNSP criada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e o Secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Fernando Corrêa, foi desenvolvida e implementada por uma equipe de profissionais que se estabeleceu na SENASP com essa finalidade. Essa equipe foi liderada pelo Coronel Aurélio Ferreira Rodrigues (BMRS), que se constituiu

² A PEC Nº 534 pode ser acessada no link

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=50573>

³ O Programa de Modernização do Poder Executivo Federal foi impulsionada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) em parceria com o BID. Ele pode ser acessado no link <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno16.pdf>

como o primeiro coordenador da FNSP. Sua gestão se iniciou em 2004 e terminou em 2007. A equipe do Cel. Ferreira era composta pelo Tenente-Coronel Vinicius Renner Galvani (BMRS) – na ocasião era capitão –, Tenente-Coronel Alexandre Augusto Aragon (BMRS) – também capitão no referido período e Capitão Antunes, até então no mesmo posto hierárquico.

No período de 2004 até 2007, a FNSP constituía-se de um programa pertencente a uma coordenação do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO) da SENASP, onde as ações administrativas, de gestão de pessoal e de logística eram realizadas pelos departamentos integrantes da SENASP. Com isso, o ingresso dos profissionais para a FNSP era realizada pelos diversos setores dessa secretaria, e em especial, no que se refere a recursos humanos, o setor específico que tratava dessa questão.

Até o início de 2008, não havia acordo de cooperação formalmente constituído entre a Federação e as Unidades federativas. A SENASP convocava os servidores dos estados para ficar à disposição da FNSP por noventa dias a fim de receber o treinamento necessário e serem empregados em operações. Só em setembro de 2008, foram celebrados os primeiros acordos de cooperação entre a União com os estados do Rio Grande do Sul, Alagoas e Maranhão.

Nesse primeiro momento de existência da FNSP, o recrutamento era voltado exclusivamente para policiais militares de unidades de operações especiais e bombeiros militares. Para obter êxito na liberação desses profissionais, a equipe da FNSP juntamente com os representantes da SENASP e do MJ desenharam estratégias de apresentação e sensibilização para as autoridades locais, com visitas *in loco*, de maneira que a proposta da FNSP fosse conhecida e que as autoridades governamentais decidissem participar enviando os profissionais. Em troca da participação de seus profissionais, a FNSP estaria disponibilizando ao governo local uma tropa de qualificação superior proveniente dos estados/distrito e, portanto, apta a colaborar em caso de necessidade para a resolução das situações de crise de segurança pública nacional.

No formato pensado inicialmente, a experiência em operações especiais foi adotada como uma exigência porque o emprego dessa tropa seria em situações consideradas especiais no âmbito do policiamento militar. A demanda pelo conhecimento em operações especiais traria ao grupo a habilidade necessária para lidar com questões fora do cotidiano do policiamento ostensivo ordinário devido a sua complexidade e gravidade. Se por um lado os grupos enviados pelos entes federativos possuíam habilidades de nível elevado, por outro, eles eram provenientes destas mesmas unidades especiais em seus estados, o que se tornou uma dificuldade no momento da liberação desses policiais para atuar nas operações da FNSP. Suas corporações de origem não podiam abrir mão desse efetivo, pois teriam que emprega-lo em seu próprio território. Diante dessa questão, a FNSP deu início à ampliação dos critérios de seleção dos policiais, que a partir daí poderiam ser de qualquer unidade operacional, desde que atendessem aos requisitos estabelecidos.

Desde 2004, a participação dos bombeiros militares ocorreu para atender a demanda de socorro imediato aos policiais em ação. Nas primeiras capacitações, eles participavam integralmente, ou seja, recebiam treinamento em todas as disciplinas oferecidas aos policiais e voltadas para a atuação em situações de segurança pública *stricto sensu*. Com isso, sua instrução era mais abrangente que sua atuação como bombeiro socorrista, pois eles acompanhavam os policiais militares nas operações, e assim o treinamento poderia ser útil em caso de autodefesa e proteção da tropa.

Como era composta por profissionais de distintas categorias e com posições hierárquicas diversas, foi preciso iniciar o processo de construção da identidade da FNSP. Para tal, foram estabelecidos valores e princípios que se pautaram na diversidade como fator importante para sua atuação, no respeito e obediência às diretrizes da FNSP, assim como no absoluto respeito aos seus integrantes. Os profissionais em treinamento ou em operações assim como os que faziam parte da gestão deveriam ter como base de relacionamento a identidade comum de *integrantes da FNSP*, independentemente de sua posição hierárquica na corporação de origem, gênero, raça/etnia ou qualquer outra diferença. Essa visão era repassada aos profissionais a partir de sua chegada ao

processo de formação. Os valores defendidos pela FNSP eram colaboração e complementaridade, elementos que reforçavam a relevância da atuação em equipe. Os valores e diretrizes eram mantidos com severidade evidenciada pelo afastamento imediato dos profissionais que não os observassem em sua conduta.

De 2004 até o fim de 2006, a FNSP era basicamente um polo de capacitação com a meta de formar dez mil profissionais de segurança para atuação nos Jogos Pan-Americanos que seriam sediados no Brasil em 2007. Com isso, o evento concentrou os esforços da FNSP, a despeito de não ser a motivação para sua criação. Este evento esportivo teria um impacto relevante para o país, pois poderia se tornar uma iniciativa significativa para a construção de uma imagem positiva no cenário internacional, sobretudo em relação à organização de grandes eventos. Este grande evento poderia resultar para o país em credibilidade para a realização de outros internacionais e de grande porte, como aconteceu recentemente com a Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014. Assim os Jogos Pan-Americanos foram o pano de fundo que contribuiu para a consolidação da proposta de uma força de segurança com qualificação especial.

17

II.2. LEMA

"PREPARADOS PARA TUDO"

Esse é o lema ou slogan da FNSP, ou seja, a expressão que a define. Nele há uma proposta objetiva e também uma visão simbólica da expectativa que recai sobre sua atuação. Estar *preparado para tudo* exige a utilização de capacidades e recursos quase de maneira ilimitada. Demanda estar pronto para atuar em situações imprevisíveis e imponderáveis. Nesse sentido, foi preciso construir um programa de treinamento, como também elaborar e organizar os procedimentos e estratégias de atuação. Esses são elementos decisivos na concepção da FNSP. Além desses, outros pontos como seleção de pessoal, aquisição de recursos

materiais e técnicos/tecnológicos são definidos em função da missão assumida pela FNSP. Seu emprego está orientado pela amplitude das tarefas que assumem seus membros. Em seu lema, assim, está a chave para a compreensão do propósito e da razão de ser da FNSP.



Figura 1: Imagem cedida pelo DFNSP

II. 3. INSPIRAÇÃO

A inspiração para criação da FNSP foram as Forças de Paz coordenadas pela ONU. As missões de paz são conduzidas por um departamento criado especialmente com essa atribuição, chamado Departamento de Operações de Paz⁴. O referido departamento se dedica a dar assistência aos Estados-membros da ONU e ao Secretário-geral na preservação da segurança e paz em âmbito internacional. A ideia fundante das operações de paz, portanto, é a garantia da segurança nos locais onde as missões ocorrem. A definição das operações é realizada pelo Conselho de Segurança da ONU. As situações nas quais as tropas atuam, em geral, estão relacionadas a conflitos civis, calamidades e catástrofes naturais e outros contextos que se configurem e sejam considerados relevantes para a paz mundial.

⁴ O Department of Peacekeeping Operations (DPKO) e demais informações sobre as missões de paz podem ser acessados no link <http://www.un.org/en/peacekeeping/about/dpko/>

As tropas de paz são compostas por militares das forças armadas, policiais e civis oriundos dos países-membros da ONU. Os integrantes das tropas de paz chamados de “capacetes azuis” (*blue helmets*). Seu trabalho se realiza em cooperação com instituições e comunidades locais. Essa é uma estratégia desenvolvida para possibilitar uma compreensão mais ampliada da natureza e objetivos da missão. Com isso, as missões buscam promover estabilidade e segurança duradouras. A troca de experiências e saberes entre as tropas e a população local é um eixo fundamental da política de desenvolvimento de capacidades (*capacity building*) da ONU, que orienta as missões de paz.

No Brasil, a política externa impôs algumas condições para a participação do Exército Brasileiro (EB). A principal foi a aceitação, por parte dos envolvidos nos conflitos, da presença de observadores ou tropas estrangeiras em seu território. Em 1947, nos Balcãs, pela primeira vez houve a participação brasileira em uma missão de paz, por meio de observadores militares.

A partir de 1994, a participação brasileira se intensificou. Brasileiros e brasileiras estiveram presentes em distintas missões na África, na América Central, na Europa, e na Ásia. Os princípios que orientam as missões de paz são: imparcialidade; aplicação mínima de força necessária; negociação com todas as partes envolvidas; e intermediação na busca de soluções.

Em 1989, a Resolução 44/49 da Assembleia Geral das Nações Unidas – ASNU motivou aos Estados-membros a criar programas de treinamento de militares e civis para as missões de paz. Em consequência, o país iniciou um esforço de consolidação de um centro de treinamento, no primeiro momento sob a coordenação do EB. Posteriormente, em 2010, foi criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil⁵ (CCOPAB), que tem como missão a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz. Nesse sentido, o Brasil tem colaborado no treinamento de membros das Missões

⁵ Informações sobre o CCOPAB podem ser acessadas em sua página de internet www.ccopab.eb.mil.br

de Paz da ONU de diversos países, e potencializando a troca de conhecimentos e expertises.

O Cel. BM Aurélio Ferreira Rodrigues, primeiro a coordenar a FNSP depois de sua criação, participou da missão das Nações Unidas em El Salvador intitulada *ONUSAL*. Essa experiência colocou-o em contato com a proposta de integração de forças militares e de segurança pública de diferentes países com o propósito de restabelecer a ordem e da paz em países específicos segundo a necessidade. Assim, essa proposta de atuação em cooperação de distintos países inspirou a consolidação de um modelo de cooperação com os estados brasileiros, coordenado pelo governo federal para auxiliá-los em situações nas quais seja necessária a intervenção.

As Missões de Paz da ONU e a FNSP podem ser consideradas experiências que se aproximam em determinados aspectos. Sob a coordenação da ONU, pessoas de diferentes países e corporações se organizam em uma mesma *corporação* para garantir a ordem e a paz em um país determinado. A FNSP, sob a coordenação do governo federal, reúne profissionais de distintas categorias e estados para atuar em qualquer local do território nacional que esteja enfrentando uma crise de segurança pública. Tanto nas Missões de Paz da ONU quanto nas operações da FNSP, o auxílio profissional qualificado para cessar crises fora de controle da gestão pública local é um fator também em comum. Nos dois casos, os profissionais agregam ao grupo suas expertises, conhecimentos acumulados em contextos distintos e estratégias para enfrentar sua realidade. Essas são características singulares, que marcam as duas iniciativas.

Nesse sentido, o modelo ONU de intervenção para a paz representou uma relevante referência para a criação e atuação da FNSP, e atualmente ambas compartilham as semelhanças apontadas.

II.4. INTEGRANTES

Os profissionais de segurança que integram a FNSP são oriundos dos entes federados que estabeleceram o Acordo de Cooperação com a União. Os governos desses estados indicam os servidores que irão participar do processo de treinamento, observando os critérios estabelecidos nas Portarias:

BRASIL. Portaria Nº 2.524 de 17 de novembro de 2011. Estabelece critérios de seleção e treinamento de servidores militares e civis dos entes federados para atuação na Força Nacional de Segurança Pública - FNSP. (Revogada pela Portaria Nº 3.383, de 24 de outubro de 2013)

BRASIL. Portaria Nº 3.383, de 24 de outubro de 2013. Regulamenta a composição do efetivo, o treinamento, a atuação, as obrigações e as normas de conduta dos servidores que compõem a Força Nacional de Segurança Pública, bem como os critérios técnicos para aquisição de equipamentos no âmbito desse programa de cooperação federativa.

Os critérios de seleção são:

- I - ter vínculo com a administração pública e experiência mínima de três anos na atividade a ser desempenhada na FNSP;
- II - não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Segurança Pública, Diretor do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, Governador do Estado ou do Distrito Federal, Secretário Estadual ou Distrital de Segurança Pública e dirigente máximo do órgão de segurança pública a qual pertença;
- III - não estar respondendo processo administrativo disciplinar ou penal na Justiça Comum ou Militar;
- IV - não ter sido condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave, ou possuir condenação penal nos últimos cinco anos;

V - ter voluntariedade para ser convocado a qualquer tempo para atuar na FNSP pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, permitida a prorrogação, ressalvada disposição em contrário, prevista em convênio específico; e

VI - ser considerado apto em inspeção de saúde e demais procedimentos descritos no convênio de cooperação federativa.

A Coordenação de Recursos Humanos (CRH), da Coordenação-Geral de Operações (CGOp) é responsável pela produção e análise da documentação que viabiliza o ingresso do servidor ao DFNSP. O fluxo de trabalho da equipe da CRH é primeiramente expedir os ofícios de solicitação de profissionais, de acordo com o número de vagas disponíveis, especialidades necessárias e critérios estabelecidos nas portarias mencionadas. O governo local seleciona seus profissionais com base no cumprimento dos requisitos e de aprovação no teste de aptidão física exigido pela FNSP.

Após a chegada da listagem de profissionais selecionados acompanhada pela documentação comprobatória individual enviada pelos estados/distrito federal, a equipe verifica a documentação a fim de aprovar ou não os esses profissionais. O primeiro passo após ser aprovado é passar pelo processo de formação intitulado INC, sob o comando da Coordenação Geral de Treinamento e Capacitação. Os aprovados na INC serão considerados integrantes da FNSP e alocados em operações segundo o planejamento e a demanda da CGOp.

22



Figura 2: Imagem cedida pelo DFNSP

Nos primeiros anos, o DFNSP era constituído somente por policiais militares e bombeiros militares. Com a diversidade crescente de operações em termos de natureza e quantitativo, ocorreu a ampliação dos quadros de profissionais. A FNSP reúne, assim, policiais militares, bombeiros militares, profissionais de perícia e policiais civis, e todos realizam INC específica de cada área. A duração de cada INC é de três semanas onde são repassados conteúdos teóricos e técnicos, desde disciplinas como abordagem e tiro à antropologia, comunicação e direitos humanos. Nesse sentido, a INC funciona não somente para a qualificação dos profissionais, como também para repassar o *modus operandi* e os valores doutrinários da FNSP. Para um grupo heterogêneo que reúne profissionais de distintas categorias profissionais e de diversos estados, essa estratégia é fundamental para criar um espírito de corpo. Assim, verificou-se ser fundamental promover o alinhamento conceitual e técnico dos integrantes da FNSP a fim de garantir a atuação esperada.

II.5. BRASÃO

Composição e significado das figuras do Brasão da FNSP

Como um símbolo representativo de sua missão e composição, a FNSP criou um brasão, fortalecendo a concepção de uma corporação. O processo de criação do brasão foi iniciado com os profissionais da primeira INC, quando foi aberto um concurso interno entre eles para a elaboração de um símbolo para a FNSP. A proposta vencedora elaborou um desenho muito próximo do brasão atualmente adotado.



Figura 3: Imagem cedida pelo DFNSP

Essa figura é composta pela inscrição horizontal “FORÇA NACIONAL”, em caracteres sem serifa, na parte superior do brasão, em letras maiúsculas, na cor amarelo FNSP e em formato “Arial”, tendo como fundo a cor azul FNSP. O corpo central do brasão possui fundo “xadrez” nas cores branco FNSP e cinza médio FNSP, o que representa a disponibilidade de atuação diuturna.

A espada, de lâmina na cor branco e cabo, copo e contornos da lâmina na cor azul, sobrepondo-se na parte superior da lâmina à balança, sendo esta toda na cor azul representam o símbolo consagrado da Justiça, e, por conseguinte, do Ministério da Justiça. Na parte inferior do brasão, a inscrição semielíptica “MINISTÉRIO DA JUSTIÇA”, na cor amarelo FNSP e em formato “Arial”, acima desta na mesma forma a inscrição “SENASP”, tendo como fundo a cor azul FNSP.



Figura 4: Imagem cedida pelo DFNSP

O mapa do Brasil, na cor verde claro FNSP, e trespassado longitudinalmente por três raios na cor amarelo FNSP, equidistantes entre si, representando a rapidez no atendimento ao chamado para o restabelecimento e manutenção da ordem pública em qualquer ponto do território brasileiro.



Figura 5: Imagem cedida pelo DFNSP

A figura composta por duas pistolas Clark, na cor preta FNSP, é o símbolo da Polícia Militar.



Figura 6: Imagem cedida pelo DFNSP

A tocha, as machadinhas e as chamas na cor vermelho forte são o símbolo dos Bombeiros Militares.



Figura 7: Imagem cedida pelo DFNSP

O escudo, nas cores preta FNSP e branca FNSP com uma balança ao centro, representa a Polícia Judiciária.



O microscópio na cor preta FNSP simboliza a perícia em suas diversas atividades.

Figura 8: Imagem cedida pelo DFNSP

Todos os símbolos das forças de segurança consolidam a proposta de união de distintas categorias profissionais, e, por consequência, suas corporações e suas respectivas competências garantir o ciclo completo segurança pública.

II.6A. MARCO LEGAL – CRIAÇÃO

A criação da FNSP foi regulamentada por um conjunto de normativas. Pode-se afirmar que a possibilidade de realizar um trabalho de cooperação entre União e entes federados foi regulamentada, conforme Artigo Nº 241 da Constituição Federal (BRASIL. 1988). A saber: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei, os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

No texto desse artigo, encontra-se o dispositivo constitucional que autoriza a instituição de uma força de segurança pública resultante de acordos de cooperação. E com base neste, a concepção da Força Nacional de Segurança Pública foi desenhada.

Portanto seu marco legal inicial é:

BRASIL. Decreto Nº 5.289, de 29 de novembro de 2004. Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências.

Neste decreto, o funcionamento da administração pública federal para sua gestão e a organização da FNSP estão definidos. Por ser criada como um programa de cooperação federativa, a adesão dos estados e do distrito federal é voluntária. O referido decreto estabeleceu que a atuação do DFNSP seria somente em atividades de policiamento ostensivo destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Entretanto, a atuação foi ampliada em 2010, pelo seguinte decreto:

BRASIL. Decreto Nº 7.318, de 28 de setembro de 2010. Altera e acresce dispositivo ao Decreto no 5.289, de 29 de novembro de 2004, para regulamentar a participação de servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação federativa prevista na Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007.

As alterações são no Art. 2º, cujo novo texto determina ações em atividades de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Com isso, a FNSP obteve a disposição legal para ampliar as atividades necessárias à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas.

As especificidades de atuação da FNSP foram estabelecidas em 2007, pela lei:

BRASIL. Lei Nº 11.473, de 10 de maio de 2007. Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001.

Sintetizando seu conteúdo, ela propõe a regulamentação do art. N° 241 da Constituição Federal no âmbito da FNSP. Seu Art. 3º define quais os tipos de atividades que FNSP poderá realizar, a saber:

Art. 3º. Consideram-se atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, para fins desta Lei:

- I. O policiamento ostensivo;
- II. O cumprimento de mandados de prisão;
- III. O cumprimento de alvarás de soltura;
- IV. A guarda, a vigilância e a custódia de presos;
- V. Os serviços técnico-periciais, qualquer que seja sua modalidade;
- VI. O registro de ocorrências policiais.

Ela ainda estabelece os termos dos acordos de cooperação entre União – por meio do Ministério da Justiça – e os referidos entes federativos, assim como, disponibiliza servidores públicos federais de formação técnica compatível, em caráter emergencial e provisório.

Em 2010, a Portaria N° 178 (Revogada pela Portaria N° 3.383, de 24 de outubro de 2013) novamente altera os critérios de atuação da DFNSP. A saber:

BRASIL. Portaria N° 178, de 04 de fevereiro de 2010. Regulamenta as disposições da Lei N° 11.473, de 10 de maio de 2007 e do Decreto N° 5.289, de 29 de novembro de 2004, relativas aos critérios de atuação e emprego da Força Nacional de Segurança Pública.

Em seu Art. 1º, a Portaria apresenta o detalhamento sobre o que é considerado atividade de policiamento ostensivo no âmbito da atuação da FNSP. Segundo seu texto:

Art. 1º. Para efeito de aplicação do Art. 3º, inciso I, da Lei 11.473, de 2007, considera-se policiamento ostensivo as operações conjuntas com os órgãos federais no cumprimento de suas atribuições policiais ou com

órgãos de segurança pública estaduais realizadas pela Força Nacional, no cumprimento das seguintes missões:

- I. Apoio às ações de polícia para realização de cerco e contenção em áreas de grande perturbação da ordem pública;
- II. Apoio às ações de polícia sobre grandes impactos ambientais negativos;
- III. Apoio às ações de polícia na realização de bloqueios em rodovias;
- IV. Atuação em grandes eventos públicos de repercussão internacional;
- V. Apoio às autoridades locais em ações de defesa civil em caso de desastres e catástrofes;
- VI. Apoio às ações do Programa Nacional de Segurança Pública – PRONASCI, criado pela Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007;
- VII. Apoio às ações da Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, prevista no Decreto Nº 6.044/2007.

Para além das especificidades do policiamento ostensivo, a Portaria Nº 178 também acrescenta às atividades da FNSP ações no contexto de catástrofes ambientais. Essa medida se concretiza em um alinhamento ao Programa de Segurança Ambiental (Decreto Nº 6.515, de 22 de julho de 2008), que em termos operacionais se materializou em inúmeras ações relacionadas ao meio ambiente, protagonizadas pelo GBS.

29

II.6B. MARCO LEGAL – ESTRUTURAÇÃO

Desde sua criação houve três gestões de distintos Diretores:

- **Coronel Aurélio Ferreira** Rodrigues (BMRS) – 2004/2007;
- **Coronel Luiz Antônio** Ferreira (PMRJ) – 2007/2011;
- **Tenente-Coronel Alexandre Augusto Aragon** (BMRS) – 2011 até a atualidade.

No período de gestão do Cel. Ferreira, a FNSP funcionava como uma coordenação de um departamento da SENASP, o DEPRO. A equipe de sua gestão se organizava para realizar todas as atividades relativas à implementação da FNSP, sem, contudo, uma estrutura administrativa-organizacional definida. Esse mesmo grupo era responsável pela gestão e pela execução de boa parte das ações previstas para qualificação, operações e logística. Com base no crescimento em termos de quantitativo de operações resultantes de maiores demandas, como também da ampliação de sua atuação, o governo federal tomou a iniciativa de transformar a coordenação em Departamento da FNSP, sob a estrutura organizacional da SENASP. O Decreto Nº 6.061, de 15 de março de 2007, incorpora à estrutura organizacional do MJ o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública com a definição de cargos para sua gestão, diretamente ligado à SENASP.

O Anexo I deste Decreto estabelece as competências do recém-criado DFNSP, da seguinte maneira:

- I - coordenar o planejamento, o preparo, a mobilização e o emprego da Força Nacional de Segurança Pública;
- II - definir a estrutura de comando dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública;
- III - planejar, coordenar e supervisionar as atividades operacionais da Força Nacional de Segurança Pública;
- IV - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino voltadas ao nivelamento, formação e capacitação dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública;
- V - propor atividades de ensino, em conjunto com outros órgãos, voltadas ao aperfeiçoamento dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública;
- VI - manter cadastro atualizado dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública;
- VII - manter o controle dos processos disciplinares e de correção dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública, quando em operação;

- VIII - manter plano de convocação imediata dos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública;
- IX - administrar os recursos materiais e financeiros necessários ao emprego da Força Nacional de Segurança Pública;
- X - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de registro, controle, manutenção e movimentação dos bens sob sua guarda;
- XI - manter o controle e a segurança dos armamentos, munições, equipamentos e materiais sob sua responsabilidade; e
- XII - desenvolver atividades de inteligência e gestão das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública.

A passagem de coordenação para departamento proporciona à FNSP o acesso direto à gestão da SENASP. Isso se traduz em maior agilidade e rapidez nos trâmites burocrático-administrativos governamentais. Enquanto era uma coordenação, enfrentava dificuldades para – por exemplo – executar a aquisição de materiais, armamentos, equipamentos, viaturas e etc. A estrutura da SENASP não estava preparada para lidar com o ineditismo desses processos, como também para atender as demandas com a celeridade necessária, em razão do fluxo interno de processamento. Cada tipo de solicitação era encaminhada aos diferentes departamentos responsáveis. Fato que fragmentava e impunha um tempo mais longo de execução. Em suas primeiras missões, os profissionais utilizaram uniforme, armamento, equipamentos emprestados de outras corporações, em razão de sua incipiente organização e infraestrutura, que não possibilitaram a criação de um uniforme e aquisição do que era necessário.

O processo de tomada de decisão para a realização de uma operação solicitada por um ente federado demanda a implementação de ações da FNSP de imediato, pois as situações são de caráter emergencial. O fluxo de encaminhamento/aprovação de uma operação ocorre da seguinte maneira:

Passo 1 – Governador de Estado ou Chefe de um órgão federal encaminha um aviso ministerial para o Ministério da Justiça.

Passo 2 – Ministério da Justiça consulta a SENASP sobre a viabilidade do emprego da FNSP no caso apresentado.

Passo 3 – SENASP consulta o DFNSP.

Passo 4 – DFNSP analisa e emite resposta indicando a aprovação ou rejeição da operação solicitada.

Nesse sentido, a mudança para a condição de departamento pode ser avaliada como positiva e necessária para a FNSP. Essa mudança se traduz em uma passagem central para ela por ser imprescindível à capacidade de resposta às demandas que recebe, e ainda estar em condições de realizar operações de natureza diversa.

O Decreto Nº 7.318, de 28 de setembro de 2010, acresce ao mandato da FNSP (i) as atividades relacionadas a catástrofes ou desastres coletivos, realizando inclusive o reconhecimento das pessoas vitimadas; (ii) e apoio à proteção de indivíduos, grupos e órgãos da sociedade de promoção ou proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Assim, a partir de 2010, a FNSP contou com a inclusão de policiais civis e profissionais de perícia, que se somaram aos policiais militares e bombeiros militares. A entrada dos policiais civis foi impulsionada pela necessidade de aprimorar as investigações criminais realizadas nos estados. Em Alagoas (2010), essa demanda por investigação foi intensificada devido ao grande número de casos de crimes violentos como homicídios que aguardavam a conclusão das investigações. Para o encaminhamento dos inquéritos policiais havia a necessidade de prova técnica, atividade da perícia criminal. Em Alagoas, o aumento da demanda da polícia judiciária do DFNSP gerou aumento de requisições para a perícia forense local, que não tinha condições de suprir. Desta forma, verificou-se a premente necessidade de integrantes da perícia forense para a finalização da missão de apoio ao Estado de Alagoas, o que foi formalizado com o primeiro grupo a ser formado no final de 2010. Na catástrofe ambiental que ocorreu na região serrana do Rio de Janeiro (2011), a equipe de perícia forense da Força Nacional atuou em apoio na identificação de corpos das vítimas encontradas, fortalecendo e consolidando as ações destes profissionais no âmbito do DFNSP.

Ainda em 2010, foi criado o Regimento Interno da FNSP, pela seguinte Portaria:

BRASIL. Portaria Nº 004/DFNSP/SENASP/MJ, de 30 de julho de 2010. Dispõe sobre a estrutura do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, em conformidade com o Decreto Nº 6.061/2007 e legislação vigente.

Nela, estão descritas outras atividades de competência da FNSP não apresentadas anteriormente pela Portaria Nº 178 (04 de fevereiro de 2010. Revogada pela Portaria Nº 3.383, de 24 de Outubro de 2013). Seu texto acrescenta as seguintes funções:

- I - apoio aos órgãos federais em caráter emergencial e provisório;
- II - apoio na guarda, vigilância, escolta e custódia de presos em situações extraordinárias de grave crise no sistema penitenciário;
- III - auxílio às ações de polícia judiciária estadual na função de investigação de infração penal, ressalvado a presidência do inquérito a ser exercida pela autoridade policial da circunscrição local;
- IV - auxílio às ações de inteligência destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- V - realização de atividades periciais e de identificação civil e criminal destinadas a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de fatos ou de infração penal;
- VI - auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e
- VII - desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais de segurança pública.

Esses acréscimos oficializaram a amplitude da natureza das missões assumidas pela FNSP, em um universo de múltiplas situações.

A estrutura organizacional da FNSP também foi estabelecida no Regimento Interno, ou seja, pela Portaria Nº 4 (30 de julho de 2010). Sua estrutura ficou definida em seu Art. 4º assim:

I – Gabinete do Diretor;

- a) Secretaria;
- b) Seção de Avaliação de Conduta (SAC);
- c) Seção de Relações Públicas;
- d) Centro de Gerenciamento e Monitoramento (CGM).

Com relação ao SAC, foi necessário especificar sua finalidade por se tratar de uma unidade importante para o DNSP. Inclusive, sua competência foi ampliada para produzir o acompanhamento dos integrantes da FNSP para assim realizar a avaliação dos mesmos. Dessa forma, passou a ser SAAC (Seção de Avaliação e Acompanhamento de Conduta). Essa iniciativa foi concretizada por meio da Portaria Nº 5, de 24 de fevereiro de 2014. Segundo esta:

Art. 3º. *Parágrafo único.* Compete a SAAC (Seção de Avaliação e Acompanhamento de Conduta), dentre outras atribuições no que tange aos procedimentos de apuração de conduta dos profissionais mobilizáveis pela Força Nacional, incluir no sistema a homologação dos procedimentos disciplinares com a devida solução, através da Coordenação de Recursos Humanos, bem como os elogios, remetendo os mesmos às Corporações de origem, através Gabinete do Diretor.

A SAAC efetiva, portanto, a função de fiscalização da conduta dos integrantes mobilizados da FNSP. Ela responde à demanda de manter o controle sobre a tropa e encaminhar as irregularidades disciplinares à corporação de origem do profissional para que a mesma tome as providências necessárias estabelecidas em esfera local. Nesses casos, o profissional é desligado da FNSP e encaminhado de volta ao seu estado.

Da mesma forma, o CGM teve sua finalidade definida no Regimento Interno, da seguinte maneira:

Art. 7º. Ao Centro de Gerenciamento e Monitoramento compete, além das atribuições previstas em regulamento específico:

- a) controlar e gerenciar as informações produzidas pelas operações do DFNSP por meio de sistema operacional específico;
- b) compilar e analisar os dados estatísticos para assessorar o planejamento operacional do DFNSP;
- c) confeccionar os relatórios oficiais para fins de divulgação e tomada de decisões da direção do DFNSP;
- d) cadastrar e administrar usuários e acessos em sistema operacional próprio.

Em síntese, essa unidade assumiu a atribuição de garantir o acompanhamento em tempo real das operações em curso, fato que possibilita a revisão de procedimentos, a alteração de estratégias, bem como a avaliação de todas as ações previstas no planejamento desenhado.

35

II – Coordenação-Geral de Treinamento e Capacitação

- a) Coordenação de Instrução;
- b) Seção Apoio Técnico, e;
- c) Seção de Planejamento e Execução de Capacitação.

III – Coordenação Geral de Operações;

- a) Coordenação de Recursos Humanos;
- b) Coordenação de Planejamento e Execução de Operações;
- c) Seção de Apoio Operacional Especializado;
- d) Seção de Pronto Emprego.

IV – Coordenação Geral de Logística;

- a) Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;
- b) Coordenação de Contratações e Contratos
- c) Seção de Suprimentos e Serviços Gerais;
- d) Apoio Administrativo (Protocolo)
- e) Seção de Material;

- f) Seção de Transportes;
- g) Seção de Telecomunicação;
- h) Seção de Tecnologia da Informação.

Atribuições das Coordenações-Gerais

A referida Portaria Nº 4 confere as seguintes atribuições às Coordenações-Gerais:

Art 8º. À Coordenação-Geral de Treinamento e Capacitação compete:

- a) Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino voltadas ao nivelamento, formação e capacitação do efetivo selecionado para compor os quadros deste Departamento;
- b) Planejar e acompanhar os Estágios de Readaptação, voltados para o efetivo recém convocado para as diversas missões em andamento pela Força Nacional;
- c) Elaborar a institucionalização de todas as Instruções promovidas pelo DFNSP, construídas conforme boas práticas em segurança e a partir da Matriz Curricular Nacional;
- d) Confeccionar as ementas das várias disciplinas que compõe as malhas curriculares dos cursos realizados por esta coordenação, exigindo do profissional conhecimento técnico relativo à atividade policial em todos os âmbitos (polícia militar, polícia civil, corpos de bombeiro e perícia);
- e) Produzir, organizar e acompanhar toda a documentação relativa a toda e qualquer modalidade de treinamento e capacitação no âmbito do DFNSP;
- f) Requisitar e inspecionar locais e equipamentos necessários para a realização das instruções práticas das várias disciplinas ministradas nos cursos, considerando a qualidade da instrução e segurança dentro das normas e regulamentações consagradas em segurança pública;

- g) Estabelecer, aprovar e fiscalizar diretrizes para treinamentos de manutenção de efetivo realizados nas bases operacionais do DFNSP, relacionados às ações próprias de cada operação gerenciada pela Coordenação Geral de Operações, vinculadas à segurança local;
- h) Acompanhar o desempenho de docentes e discentes através de análise pedagógica e dos procedimentos adotados que devem respeitar as diversas formações dos profissionais advindos de diferentes academias policiais;
- i) Produzir e organizar dados avaliativos acerca da qualidade dos cursos realizados pela Coordenação Geral de Treinamento e Capacitação;
- j) Alimentar o banco de dados de discentes e docentes com informações acerca do desempenho individual relacionados às instruções.

A principal atividade da CGTC é promover a INC, com o objetivo de qualificar os profissionais com conteúdos voltados especificamente para a atuação da FNSP. Ela é compreendida como niveladora em razão da multiplicidade de conhecimentos e experiências de cada integrante, e, portanto, da necessidade de estabelecer bases niveladas de conhecimento. Ainda busca socializar a metodologia de atuação da FNSP, seu conjunto de diretrizes e valores institucionais.

Segundo a Portaria Nº 13 (DFNSP/SENASP/MJ, 2013), em seu Art.2º:

A INC se constitui como o curso de ingresso à Força Nacional de Segurança Pública, tendo como objetivo capacitar os profissionais de segurança pública mobilizados para atuarem nas demandas operacionais em todo o território nacional, por meio de procedimentos técnicos e táticos padronizados pela Força Nacional, sob o enfoque da temática de respeito aos Direitos Humanos e aos Princípios Constitucionais.

Os objetivos da INC são explicitamente voltados para equilibrar ou homogeneizar o conhecimento dos seus integrantes. Estes estão descritos na Portaria Nº 3.383 (24 de outubro de 2013), com o seguinte texto:

Art. 7º.

I - capacitar os servidores civis e militares para atuação junto à FNSP, inclusive no que concerne à utilização e manutenção dos armamentos e equipamentos; e

II - padronizar os procedimentos técnicos e táticos operacionais de atuação da FNSP.

O conteúdo programático e carga horária das INC igualmente estão definidos na referida Portaria Nº 3.383, em seu Art. 4º:

As Instruções de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública terão os seguintes preceitos:

I – apresentar, na estrutura curricular, as seguintes disciplinas fundamentais, contempladas em no mínimo 20 horas aulas:

- a) Histórico do DFNSP;
- b) Fundamentação e Normas do DFNSP;
- c) Direitos Humanos;
- d) Antropologia;
- e) Operações da Força Nacional;
- f) Sistemas de Gestão do DFNSP;
- g) Relacionamento com a mídia.

II – apresentar, no mínimo, as seguintes cargas horárias totais:

- a) Polícia Militar: 140 horas-aula;
- b) Bombeiros Militares: 190 horas-aula;
- c) Polícia Civil: 130 horas-aula;
- d) Perícia: 104 horas-aula.

Os participantes da INC serão aprovados caso obtenham nota mínima nas diversas modalidades de testes. O Art. Nº 10 da mesma Portaria determina que:

Serão considerados aprovados na INC os profissionais que atingirem a nota mínima 7,0 (sete) em cada uma das seguintes avaliações: Teste de Aptidão Física, Tiro Policial e prova escrita, considerando 10,0 (dez) a nota máxima.

Assim, o profissional que finaliza a INC na condição e aprovado é considerado habilitado a integrar a FNSP atuando nas operações que estiverem de acordo com sua especialidade profissional.

O corpo docente é selecionado segundo a demanda de qualificação e com base no currículo de cada profissional. São aceitos os docentes com conhecimento teórico e experiência no tema da disciplina que será ministrada, sempre com a atenção ao contemplar as diferentes unidades da federação, promovendo a troca de informações.

39

Art. 9º. À Coordenação-Geral de Operações compete:

- a) Planejar, fiscalizar e supervisionar o correto cumprimento dos objetivos específicos de cada Operação desencadeada em acordo com as normatizações e legislações vigente;
- b) Administrar os recursos operacionais e humanos empregados nas Operações em andamento do DFNSP, sempre em acordo com a natureza do serviço desempenhada;
- c) Assessorar o Diretor do DFNSP nas decisões e demandas decorrentes das Operações em apoio a outros Órgãos mantendo o DFNSP atualizado relativamente a prazos, objeto e Órgãos participantes das respectivas Operações;
- d) Subsidiar o Coordenador Geral de Operações, com dados e informações multidisciplinares, concernentes à situação em que as operações encontram-se contextualizadas;

- e) Desenvolver atividades de inteligência e gestão das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública, voltadas para as ações da Força Nacional;
- f) Controlar o fluxograma da documentação inerente a sua coordenação, bem como manter a atualização cadastral, técnica e de instrução de todo o efetivo empregado, sempre adequando a especificidade conforme a natureza do serviço desempenhado (função de natureza reservada);
- g) Acompanhar diuturnamente o desempenho operacional e administrativo das Operações dispostas no território brasileiro;
- h) Assessorar o Diretor do DFNSP, referente a assuntos específicos na área da aviação policial, de cinotécnico, de ações de choque, de operações especiais, além de outras essenciais para o desempenho das atividades policiais militares, policiais civis, de perícia forense e de defesa civil;
- i) Fiscalizar o controle disciplinar, ético e operacional, do efetivo em cada uma das Operações desencadeadas (função de natureza reservada);
- j) Confeccionar os planos de emprego operacional, ordens de serviço, plano de movimentação do pessoal, notas técnicas e toda documentação necessária ao emprego operacional, adequando as propostas de emprego, aos profissionais mobilizados, seja os policiais militares, civis, bombeiros militar e corpo de peritos;
- k) Informar aos comandantes das operações da emissão de passagens, mobilização e desmobilização do contingente policial militar, bombeiro militar, policial civil e perícia (função de natureza reservada);
- l) Supervisionar o controle do efetivo geral da CGOP, cabendo a supervisão diária dos comandados de operações, através de planilha atualizada, a qual deverá ser encaminhada diariamente ao e-mail da CGOP, exercendo a ação fiscalizadora de acordo com a especificidade do serviço desempenhado;

- m) Cientificar os comandantes das operações a respeito das ordens e orientações emanadas pela SENASP, pelo Diretor do DFNSP e CGOP (função de natureza reservada);
- n) Assessorar o Coordenador Geral de Operações e representá-lo na sua ausência ou impossibilidade, conforme o assunto tratado (policia militar, civil, bombeiro militar e de perícia), fazendo constar em relatório os assuntos deliberados;
- o) Confeccionar os Planos de Operações (função de natureza reservada);
- p) Confeccionar os Planos de Emprego de efetivo (função de natureza reservada);
- q) Confecção dos Planos de Movimentações e Desmobilizações (função de natureza reservada);
- r) Planejar a distribuição de efetivo nas operações da Força Nacional, conforme a especificidade de cada serviço (função de natureza reservada);
- s) Confeccionar as Ordens de Serviços (função de natureza reservada);
- t) Confeccionar as Notas Técnicas, de acordo com a especificidade dos serviços, inclusive para embasamento e emprego nas operações;
- u) Confeccionar as minutas de Portarias de emprego e permanência da Força Nacional em apoio aos órgãos solicitantes, conforme a legislação vigente;
- v) Controlar os prazos e solicitar prorrogação das portarias de emprego da Força Nacional nas operações;
- w) Realizar o controle de todo material acautelado às operações da Força Nacional (função de natureza reservada);
- x) Realizar o controle sanitário dos cães a disposição da Força Nacional;
- y) Coordenar o exercício das atividades conjuntas, ordinárias e extraordinárias, desempenhadas pelo Centro de Comando e Controle Integrado;

- z) Confeccionar o relatório anual das operações realizadas pela Força Nacional no ano em exercício, para encaminhamento ao Diretor do DFNSP e a SENASP.

A CGOp efetivamente está encarregada de realizar as operações da FNSP, grosso modo. Para uma missão ser implementada há um conjunto de ações que devem realizadas antes, durante a pós seu encerramento. Atualmente, a FNSP desenvolve atividades em muitas frentes de trabalho como policiamento, perícia, investigação e busca/salvamento. Ainda incorpora ações de inteligência voltadas para a operação a ser executada.

Anteriormente à implementação de uma operação, a equipe de inteligência faz um levantamento sobre a situação e o contexto no qual a operação será realizada. O levantamento é produzido em cooperação com as forças locais. O resultado é utilizado como insumo para o planejamento da operação e para o treinamento da tropa que atuará.

Ao receber uma solicitação de operação, a CGOp realiza uma análise técnica para verificar a legalidade e viabilidade do emprego da FNSP. Essa análise se beneficia do conhecimento produzido pela inteligência para absorver as especificidades da situação apresentada no pedido e definir o tipo de atuação decorrente. Em seguida, a Coordenação elabora uma Nota Técnica com o aceite ou rejeição da operação. Em caso positivo, o MJ emite uma Portaria oficializando a operação. A partir da publicação da Portaria, a CGOp inicia a elaboração do Plano de Emprego, ou seja, o planejamento para a realização da operação. O Plano deve conter o tipo de operação, os meios, as estratégias, a duração e profissionais a ser empregados. Além disso, os objetivos da operação devem ser registrados no Plano.

A tropa em ação fica sob a supervisão da CGOp por meio do CGM. Este Centro tem como tarefa o acompanhamento das operações durante as 24 horas do dia e por todo o período de permanência da operação. Diariamente, as equipes em operação devem fazer três postagens com informações sobre o andamento das atividades para o CGM. Estas postagens podem ser feitas

diretamente no sistema de registro de informações ou por contato telefônico ou SMS. Caso não façam, a equipe do CGM deverá fazer contato para verificar o andamento e reiterar a obrigatoriedade manter contato para atualizar o andamento da operação. As postagens podem contar imagens que complementem o registro.

O acompanhamento se estabelece com base no planejamento diário, ou seja, as ações realizadas em um dia são planejadas no dia anterior. E, assim, o CGM faz o monitoramento diário e continuado a fim de analisar o avanço da equipe com relação aos objetivos traçados. Esse acompanhamento é registrado em relatórios diários que subsidiam à CGOp e ao DFNSP com as informações necessárias para tomada de decisão e/ou alterações no planejamento.

O cotidiano da CGOp é dinâmico e complexo. Somando-se ao planejamento e acompanhamento de uma operação em curso, a Coordenação também é responsável pelo planejamento das operações futuras. Nesse caso, simultaneamente, ela monitora as ações em curso e desenvolve um plano de ação para atender as demais solicitações de operações. O planejamento deve conter o deslocamento do material, dos equipamentos e do armamento pelo território nacional, partindo de uma operação para outra. O término de uma operação é desenhado pelo plano de desmobilização, que implica a retirada dos profissionais e tudo mais que foi utilizado para a execução da operação. Os profissionais mobilizados são transferidos consecutivamente, sem intervalos de tempo livre. Uma das características mais marcante da FNSP é sua rápida mobilidade. Esse é um traço decisivo para uma tropa de pronto-emprego.

43

Art. 10. À Coordenação-Geral de Logística compete:

- a) Administrar os recursos materiais e financeiros necessários ao emprego da Força Nacional de Segurança Pública;
- b) Planejar, coordenar e supervisionar as atividades de registro, controle, manutenção e movimentação dos bens sob sua guarda;

- c) Manter o controle e a segurança dos armamentos, munições, equipamentos e bens materiais permanentes e de consumo de responsabilidade da Força Nacional de Segurança Pública;
- d) Proceder a processos de licitação em aquisições e serviços;
- e) Realizar contratos, dispensas, inexigibilidades e adesões;
- f) Realizar pagamentos de despesas referentes à Força Nacional;
- g) Dar apoio logístico ao Diretor do DFNSP e demais Coordenações-Gerais.

O trabalho da CGLog é intrinsecamente relacionado com as demais coordenações-gerais, à medida que garante as condições necessárias para a realização das operações e qualificações. Cabe a ela o desenvolvimento de processos e fluxos de trabalho que garantam o cumprimento de normas administrativas e planejamento temporal das ações a serem executadas. No conjunto de suas responsabilidades encontra-se também o controle dos bens da FNSP. Essa função se traduz em compra, armazenamento, reposição, doação ou qualquer outra movimentação relaciona a bens materiais.

A execução das operações da FNSP são realizadas com o apoio da CGLog no sentido de prover desde a compra de tudo que for demandado ao transporte de toda carga de material e de profissionais para o local da operação. Com relação à qualificação dos profissionais, da mesma forma, todos os equipamentos e demais necessidades são encaminhados à CGLog para que viabilize as condições previstas para as atividades dos cursos. Nesse sentido, seu trabalho é pautado pelo planejamento das outras coordenações-gerais. Por outro lado, a CGlog também estabelece as etapas e prazos a serem cumpridos para que os planejamentos recebidos possam ser implementados.

Em 2008, a Portaria Nº 1.801, de 18 de setembro de 2008, cria o Batalhão Especial de Pronto-Emprego. Essa denominação reforça o caráter imediato do emprego da FNSP onde é solicitada sua atuação. Por lidar com situações que demandam a resolução de conflitos graves, as operações devem ser iniciadas em prazos curtos.

Contudo, essa denominação foi alterada pela Portaria Nº 2.517, de 12 de dezembro de 2008, conforme texto abaixo:

BRASIL. Portaria Nº 2.517, de 12 de dezembro de 2008. Altera o nome de Batalhão Especial de Pronto Emprego, criado pela Portaria Nº1.801 de setembro de 2008 para Batalhão Escola de Pronto Emprego do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Desde então passou a ser chamado Batalhão Escola de Pronto-Emprego. Essa mudança está em sintonia com a perspectiva da FNSP de ser uma referência em qualificação profissional no campo da segurança pública para o Brasil. Sendo assim, ela enfatiza a perspectiva de formação e treinamento como pontos indispensáveis e determinantes para seu desempenho. E com isso, impõe aos seus integrantes a centralidade da qualificação como passo primordial e decisivo para sua entrada e permanência na equipe. A perspectiva de capacitação continuada é implementada durante todo o período de permanência do profissional. Isto significa que enquanto estiver fora das operações, ele estará recebendo algum tipo de treinamento ou curso. E mesmo em ação nas operações, haverá capacitações *in loco* sobre as especificidades do caso. Esse esforço da FNSP tem por objetivo manter a tropa em processo de aperfeiçoamento, como também motivada para assumir sua responsabilidade. O aperfeiçoamento das habilidades profissionais pode ser compreendido como um relevante mecanismo de valorização profissional.

45

II.7. ATUAÇÃO

Como já mencionado, a FNSP atua em contextos de insegurança de pessoas e bens públicos, a partir de uma solicitação formal do governador do estado solicitante. Cada missão assumida é desenvolvida segundo os critérios já apresentados.

Desde sua criação, foram realizadas cento e quarenta e duas operações, distribuídas em vinte e três estados, a saber: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Para essas missões, foram treinados até então, dez mil e seiscentos profissionais do sexo masculino e mil duzentos e sessenta profissionais do sexo feminino.

As operações são preparadas com base em fases a serem seguidas, que por sua vez, seguem um cronograma. As fases são: Mobilização; Instalação; Desmobilização.

Após o recebimento e formalização da solicitação do ente federado e cumprimento dos requisitos implicados na realização de uma missão, é feito o Planejamento Operacional e Logístico e o Relatório de Inteligência. A fase de Mobilização é iniciada pela apresentação do efetivo a ser empregado na referida missão e aprestamento, que seria o conjunto de medidas e ações de instrução e preparação para a atuação.

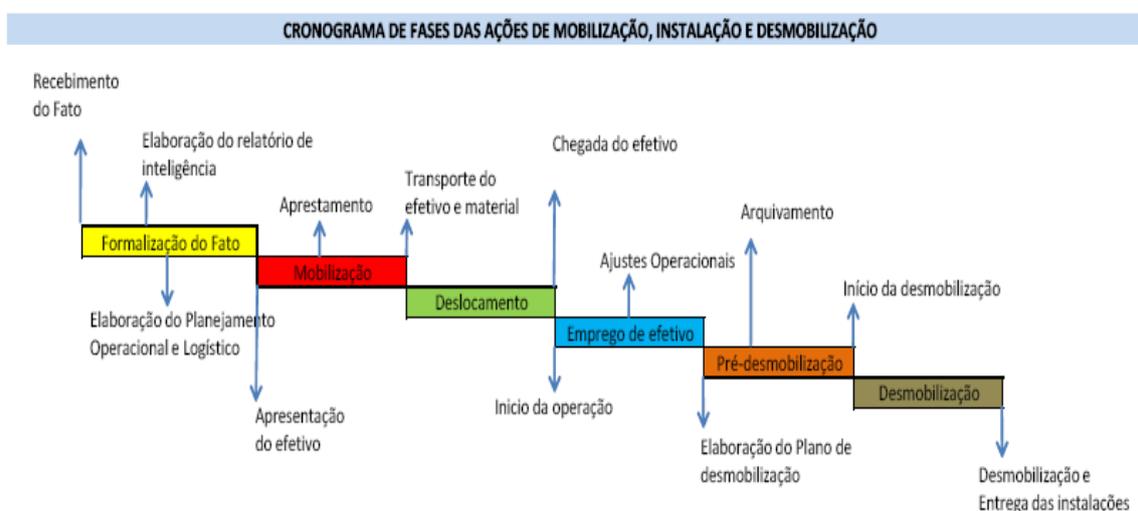
A fase de Instalação é precedida pelo deslocamento dos profissionais e dos materiais necessários. Após sua chegada, o plano de ação é revisado para verificar a necessidade de possíveis ajustes operacionais. Em seguida, é oficializado o início da operação.



Figura 9: Imagem cedida pelo DFNSP

A fase de Desmobilização é antecedida pela pré-desmobilização que supõe a elaboração do plano de desmobilização. No plano estão previstos o arquivamento e a desmobilização de fato da tropa e dos recursos materiais envolvidos. Com a desmobilização, ocorre a entrega das instalações utilizadas pelos profissionais da FNSP durante a operação.

Essas fases podem ser visualizadas no fluxograma a seguir.



Fluxograma extraído do Boletim 2013 do DFNSP.

A natureza das ações da FNSP quando em missão são de grande amplitude. Variam desde operações de policiamento ostensivo, cumprimento de mandados judiciais, prisões, apreensões de adolescentes infratores, abordagens a pessoas e veículos, apreensão de drogas e armas, aplicação de multas ambientais, serviços de papiloscopia e perícia veicular, combate a incêndios a emissão de certidões, remoção de feridos e resgates de pessoas com vida. Essa multiplicidade de ações confirma a orientação de seu lema e a necessidade de treinamento especializado.



Figura 10: Imagem cedida pelo DFNSP



Figura 11: Imagem cedida pelo DFNSP

Como a FN realiza operações de distintas naturezas, a tarefa de apontar as mais desafiadoras ou mais importantes não é simples. Pelo contrário, cada operação é considerada uma fonte relevante e única de conhecimento, aprendizagem, desafios e conquistas. As operações ensinam muito à FN. Sua expertise segue em crescimento com base no conhecimento agregado resultante de cada experiência. Dessa forma, ela experimenta um processo de capacitação e qualificação continuada com a realização de cada uma, nos âmbitos operacional, de planejamento e de gestão.

II.7A. ATUAÇÃO – PRIMEIRAS OPERAÇÕES

Entre 2004 e 2006, a FNSP realizou algumas operações que funcionaram como treinamento *in loco* e preparatório para atuação nos Jogos Pan-Americanos. Essas operações foram de apoio e auxílio às forças policiais locais nos momentos de grave perturbação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, principalmente, com atividades de policiamento ostensivo, realizado por policiais militares.

Operação Reconquista – 2004

Em 26 de novembro de 2004, foi realizada a primeira operação, intitulada *Operação Reconquista*, atendendo a solicitação do Governador do Estado do Espírito Santo – Paulo Hartung. Nesta, foram desenvolvidas atividades de policiamento ostensivo, com cento e quarenta e seis policiais militares e bombeiros militares, subdivididos em trinta e um profissionais do Rio Grande do Sul, vinte e sete do Amazonas, vinte e oito do Ceará, quinze da Paraíba, trinta do Rio Grande do Norte, e quinze de Sergipe. Em termos hierárquicos, participaram dezoito Oficiais e cento e vinte e oito Praças.

A operação foi finalizada localmente em 11 de dezembro de 2004, com a solenidade oficial de encerramento em Brasília, no dia 14 de dezembro. Esta operação teve como objetivo principal o auxílio às forças locais de segurança e substituir o EB, que estava realizando até então as ações de manutenção da ordem nos terminais de transportes público da metropolitana de Vitória. A cidade sofreu sucessivos ataques por parte de grupos criminosos instalados na capital capixaba, provocando pânico na sociedade e percepção de insegurança generalizada resultante de saques em estabelecimentos comerciais, incêndio de transportes coletivos e diversas ameaças a instituições e à sociedade. (Figuras 13 a 17, Parte V).

No ano de 2005 não houve operações, período em que a FNSP buscou utilizar para melhorar o conteúdo dos treinamentos, o planejamento e operacionalização para a realização das missões.

Operação Integrada Especial de Segurança Pública – 2006

A *Operação Integrada Especial de Segurança Pública* foi realizada no estado do Mato Grosso do Sul em razão de diversas rebeliões no sistema carcerário estadual. A FNSP atuou para restabelecer a ordem pública realizando a custódia de detentos do Presídio Harym Costa, no período de 30 de maio a 31 de agosto de 2006. (Figuras 18 a 24, Parte V)

Operação Reconquista II – 2006

A *Operação Reconquista II* ocorreu no Espírito Santo entre 18 de junho e 04 de outubro para apoiar o estado, desta vez, na retomada da ordem pública, desestabilizada em razão da crise no sistema penitenciário local. O foco da atuação foi a custódia de detentos da Casa de Custódia de Viana. (Figura 25, Parte V)

Cabe ressaltar que as três primeiras operações da FNSP foram realizadas em situações de instabilidade em unidades prisionais, fato que colaborou para o aumento de experiência e expertise em casos dessa natureza. Então, a FNSP inicia sua atuação em missões de temáticas semelhantes, e dessa maneira, simultaneamente, chama a atenção de governantes para o emprego de sua equipe nos momentos de controle insuficiente de detentos como uma alternativa viável e eficaz.

Operação Divisa Integrada – 2007

A FNSP apoiou as ações/operações conjuntas de policiamento ostensivo do tipo Vasculhamento, Busca e Captura, Revista, Cerco e Fiscalização de

Trânsito, nas rodovias federais do estado do Rio de Janeiro, realizadas pelas Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Receita Federal e Receita Estadual, em áreas especiais. Para esta operação foram estabelecidas quatro bases de ação no estado, a saber: Barra Mansa, Paraíba do Sul, Miracema e Bom Jesus do Itabapoana. O objetivo era, principalmente, coibir o tráfico de drogas e armas em pontos estratégicos levantados pelos serviços de inteligência nas fronteiras do estado do Rio de Janeiro com Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, dentre outros crimes que se apresentavam em números elevados nesta região. (Figuras 26 a 29, Parte V)

Operação Jogos Pan-Americanos – 2007

Cenário de Segurança Pública

Em 2007, o governo federal lançou o PRONASCI⁶ sob a gestão da SENASP, cujos objetivos incluíam a estruturação da FNSP com a perspectiva de construção de sede própria no Distrito Federal e de treinamento de seus integrantes em ações preventivas e de repressão qualificada. O Programa fomentou um conjunto de mudanças estruturais na área de segurança pública e com especial destaque para a atuação policial em suas diversas funções. No Brasil, este foi um dos maiores incentivos federais voltados exclusivamente para projetos de segurança pública no território nacional. Ações diversas foram desenvolvidas nos estados e municípios, juntamente com projetos para a ampliação da participação social na política de segurança. O Programa proporcionou inúmeras janelas de oportunidades para o aprimoramento da prática policial com vistas ao policiamento comunitário e outras metodologias de aproximação entre população e policiais. As comunidades localizadas em favelas

⁶ O PRONASCI pode ser acessado na página do MJ, no link <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E24D0EE7-2705-41C2-B1E4-E75B483704E3}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BAF1131EA-D238-415B-9610-8A0B8A0E7398%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. A publicação intitulada Caderno PRONASCI encontra-se no link http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/pronasci_manual_de_aprendizagem.pdf

contaram com projetos relevantes para a construção da cultura de paz e do fortalecimento das redes locais de cooperação social.

O PRONASCI contribuiu para a construção de ambientes favoráveis à reforma das corporações policiais e da segurança pública de maneira integral, e com isso, estabeleceu uma ambiência social favorável e promissora ao desempenho da ação de polícia mais eficiente e menos violenta, e ainda com baixa letalidade. Por outro lado, gerou expectativas populares em torno da atuação da FNSP como uma *tropa de elite*⁷ em termos de conhecimentos técnicos e de conduta profissional.

Os Jogos Pan-Americanos de 2007 sediados pelo Brasil se configuraram em um conjunto de medidas governamentais preparatórias e durante o evento que buscaram responder às expectativas da sociedade, da gestão pública e da comunidade internacional. Realizar um evento esportivo de impacto internacional para atletas e participantes de diversos países foi um dos maiores desafios de segurança pública enfrentado até então. A cidade sede principal dos Jogos – Rio de Janeiro – representava um desafio adicional devido às características de criminalidade e violência que marcavam o cotidiano local. Nesse sentido, para a FNSP pode-se considerar a sua atuação neste evento como um *teste de fogo* ou *rito de iniciação* decisivo para seu futuro.

52

Ações da FNSP nos Jogos Pan-Americanos

A FNSP realizou atividades diversas voltadas para a garantia da segurança nos locais dos jogos. Entretanto, anteriormente, os profissionais já estavam se preparando para atuar por meios dos treinamentos realizados. Da mesma forma, as ações começaram antes do início dos Jogos, com ações de inteligência e planejamento estratégico.

⁷ Ver link de notícias de memória do PNUD <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=830>

Durante os jogos, o foco estava nos locais de competição e de apoio, como o Centro de Inteligência e o Centro de Operações Tecnológicas. A segurança dos equipamentos e instalações também ficou sob a responsabilidade da FNSP. Além disso, os profissionais realizaram a escolta das delegações de atletas e acompanharam a Tocha Pan-Americana em seu percurso por cinquenta e uma cidades até ser instalada no Rio de Janeiro. Todas as ações foram planejadas e executadas com base no conceito-chave, que seria: *produção de segurança para os Jogos Pan-Americanos 2007, coordenando e integrando as ações entre os distintos órgãos e esferas governamentais* (Figuras 30 a 45, Parte V). A FNSP realizou a segurança das equipes de atletas em suas instalações, nos seguintes locais:

1. Clube Marapendi
2. Complexo Esportivo do Autódromo
3. Morro do Outeiro
4. Complexo Esportivo Riocentro
5. Cidade do Rock
6. Centro de Boliche Barra
7. Centro de Futebol Zico
8. Centro Esportivo Miécimo da Silva
9. Círculo Militar Deodoro
10. Complexo Esportivo João Havelange
11. Complexo Esportivo do Maracanã
12. Marina da Glória
13. Parque do Flamengo
14. Arena de Copacabana
15. Lagoa Rodrigo de Freitas
16. Vila Pan-Americana
17. Hotel Oficial

Como parte das atividades da FNSP no evento, os profissionais participaram de operações em conjunto com as forças locais de segurança no Complexo do Morro do Alemão, e ainda realizaram ações de policiamento comunitário, com equipamentos não-letais, e nas rodovias no interior do estado.

De acordo com o Relatório de Gestão da SENASP 2007⁸, com o objetivo de preservação da ordem e aumento da percepção de segurança, foram empregados três mil e seiscentos profissionais na Operação Jogos Pan-Americanos.

Operação Nova Maravilha – 2007

Na *Operação Nova Maravilha*, foram realizadas ações de policiamento ostensivo e contenção em locais estratégicos no Complexo do Morro do Alemão e ações de policiamento ostensivo na orla marítima da zona sul da cidade. O policiamento ostensivo visava promover o aumento da percepção de segurança dos moradores com a repressão de crimes e do tráfico de drogas nas áreas envolvidas. (Figuras 46 a 51, Parte V)

Operação Carcará – 2007

A Operação Carcará foi voltada para ações de policiamento ostensivo para a pacificação e reestruturação dos presídios em São Luís (MA), com ações de cumprimento de mandados de busca e apreensão no estado. Foram realizadas ações nas seguintes unidades prisionais: Complexo Prisional de Pedrinhas, Central de Custódia de Presos da Justiça II, 18^o Delegacia de Polícia, Cidade Olímpica, Delegacia de Polícia da Cidade Operária e Complexo Esportivo do Castelão. (Figuras 52 e 53, Parte V)

Operação Entorno – 2007

A Operação Entorno foi a primeira a ser realizada após os Jogos Pan-Americanos. O Governo do Estado de Goiás solicitou o apoio da FNSP para a realização de ações de policiamento ostensivo, nos municípios de Luziânia, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental. O objetivo da operação era

⁸ O referido relatório está disponível no Portal do Cidadão do MJ www.portal.mj.gov.br/services

reduzir os índices de homicídios nas cidades do entorno. (Figuras 54 e 55, Parte V)

Desde sua criação, no ano de 2007 a FNSP registrou o maior número de operações, com o total de cinco. Além disso, as operações foram de distintas naturezas e grandeza, o que demandou da FNSP planejamento e organização adicional, já que até então sua estrutura interna ainda era de Coordenação. No entanto, esse período foi intenso de experiências e conhecimentos adquiridos, que foram a base para a ampliação e aprimoramento das operações seguintes.

A FNSP, segundo a SENASP⁹, representa uma alternativa viável, concreta e eficaz de preservação e de restauração da ordem pública. Ela se constitui em um esforço conjunto dos estados e da União. A visão de cooperação e integração de esforços e recursos é uma característica marcante no desenho da missão e atuação da FNSP. Os governos federal e estadual/distrital se organizaram em torno da ideia-força de resolução de problemas de segurança pública e desde então tem sido priorizado o aspecto do trabalho integrado, que reúne a FNSP e os órgãos locais de segurança pública.

A missão definida em conjunto e multidimensionada para incorporar as distintas organizações envolvidas tem sido o foco dos acordos de cooperação efetuados. Nesse sentido, ela é considerada uma força subsidiária, ou seja, não possui competência legal ordinária ou original que lhe designe atribuições diferenciadas das demais forças de segurança definidas pela Constituição Federal. As polícias estaduais e federais, por outro lado, as possuem e por essa razão podem contar com o apoio da FNSP, de maneira complementar. No contexto apresentado, a FNSP ocupa uma posição central, justificada pela qualificação técnica que seus integrantes apresentam diante da diversidade de missões realizadas.

⁹ Informações retiradas do Boletim Força Nacional 2013, elaborado pela SENASP/MJ.

II.7B. ATUAÇÃO – OPERAÇÕES EM GERAL

A partir de 2008, a FNSP aumentou significativamente o número de operações, como também a diversidade de natureza. Em 24 de fevereiro de 2008, o DFNSP deu início ao apoio ao DPF e IBAMA realizando ações de policiamento ostensivo, com ênfase no enfrentamento aos crimes ambientais estabelecidos pelo projeto Amazônia Legal. As ações de polícia desenvolvidas visavam a redução do impacto ambiental causado por práticas ilícitas como desmatamento e extração de madeira, dentre outras.

As operações referentes à Amazônia Legal foram realizadas em postos móveis de fiscalização instalados em localidades determinadas. Nessas operações em conjunto, a PF realizava o trabalho de polícia judiciária e inteligência, o IBAMA realizava a fiscalização e a SENASP por meio da FNSP provia a segurança. Essa operação foi intitulada *Operação Arco de Fogo*.

Abaixo estão, resumidamente, as operações realizadas neste ano.

Em 2008, foram realizadas as Operações:

1. Defesa da Vida (PA, RO, MT), com ações de patrulhamento de fronteiras (Figuras 56 a 73, Parte V);
2. Arco de Fogo (PA/MT/RO/MA), com ações de combate a crimes ambientais (Figuras 74 a 78, Parte V);
3. Estrela Radiosa (AL), com ações de policiamento ostensivo motorizado, nas áreas urbanas de maior índice criminal e de tráfico de drogas na capital do estado;
4. Upatakon III (RR), com ações de ações de policiamento ostensivo e de manutenção da ordem, na área conflagrada de conflito social e agrário, decorrente da demarcação de terras na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (Figuras 79 a 81, Parte V);
5. Xeque-mate, (MS), com ações de guarda, vigilância e custódia de presos na Penitenciária Federal de Campo Grande (Figura 82, Parte V);

6. Pinhão (PR), com ações de guarda, vigilância e custódia de presos na Penitenciária Federal de Catanduvas (Figura 83, Parte V);
7. Upaon-Açu (MA), com ações de policiamento de proximidade, de inteligência, e no Sistema Penitenciário do Maranhão em especial nos municípios de São Luís e Timon;
8. Territórios da Paz (RJ), com ações de ações de policiamento de proximidade na capital e de cerco, controle e contenção na área externa do Complexo do Alemão, para a implementação do Projeto “Territórios da Paz”;
9. Labrador (SC), com ações de salvamento, busca e outras atividades de especiais de bombeiros. (Figuras 84 a 90, Parte V);
10. Roosevelt (RO), com ações de policiamento em áreas indígenas para apoiar a PF na prevenção de extração ilegal de minérios e na preservação ambiental na Reserva Indígena Roosevelt, e ações de preservação da integridade física dos indígenas e não-indígenas (Figuras 91 a 106, Parte V);

Na *Operação Labrador*, os bombeiros militares atuam pela primeira vez em atividades específicas, estabelecendo o Grupamento de Busca e Salvamento (GBS). A criação do GBS foi motivada pelo desastre ambiental ocorrido no Morro do Baú, em Santa Catarina (2008), pois esse incidente evidenciou a demanda pelo trabalho de especialistas em socorro e outros assuntos relacionados à competência profissional dos bombeiros.

Em 2009, foram realizadas as Operações:

1. Caipora (RO), com ações de proteção ambiental em conjunto com IBAMA e PF (Figuras 107 e 108, Parte V);
2. Artemis (PA), com ações de policiamento ostensivo realizado em apoio e integrado à FUNAI, PF, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal, SEMA e PMPA, para o combate ao desmatamento ilegal (Figura 109, Parte V);
3. Centauro (RR), com ações de policiamento em razão de greves de policiais locais. (Figuras 110 e 111, Parte V);

4. Três Fronteiras (AM), com ações de policiamento ostensivo nas regiões do alto Solimões, nos municípios de Tabatinga, Benjamim Constant e Tefé, e de patrulhamento da região de fronteiras com a Venezuela, Colômbia e Peru, em vias terrestre, fluvial e aérea (Figura 112, Parte V);
5. Vant (PR), com ações de patrulhamento de fronteiras para garantir a segurança das instalações do aeródromo, do pessoal e dos estrangeiros envolvidos na questão, e apoio operacional e prontidão para ação imediata nos casos de práticas criminosas durante a realização dos voos do primeiro Veículo Aéreo Não-Tripulado/VANT (Figuras 113 a 116, Parte V);
6. Fórum Social Mundial (PA), com ações denominadas “Pré-Fórum” de polícia de proximidade, e durante o evento com ações de segurança em grandes eventos (Figuras 117 a 119, Parte V);
7. Palmares (AL), com ações de patrulhamento ostensivo motorizado em locais de índices de criminalidade e homicídios elevados;
8. Aérea (RN, AC, AM), com ações técnico-operacionais em aviação policial;
9. Portal da Amazônia (PA), com ações de policiamento ostensivo para a realização de cerco e contenção de áreas conflagradas de Belém, e na realização de bloqueios em rodovias;
10. Pinhão II (PR), em apoio ao IBAMA com ações de preservação da integridade física dos envolvidos na operação e de polícia ostensiva para coibir o desmatamento ilegal;
11. Boi Pirata (PA), com ações de apoio ao IBAMA, na segurança dos agentes quando da retirada de gado das áreas que foram desmatadas na região;
12. VI Confintea (PA), com ações de policiamento ostensivo com o objetivo de garantir a segurança durante a realização do evento internacional ocorrido no estado.

Em 2010, a FNSP realizou as Operações:

1. Mundaú (AL), com ações de busca, resgate e salvamento nas cidades, e de policiamento ostensivo para coibir saques a estabelecimentos comerciais (Figuras 120 a 125, Parte V);
2. Aérea (TO), com ações técnico-operacionais em aviação policial (Figuras 126 e 127, Parte V);
3. Alagoas (AL), com ações de apuração de inquéritos policiais envolvendo homicídios praticados até 2007, em cumprimento às metas estabelecidas pela ENASP e também de elucidação das “mortes de moradores de rua de Maceió” (Figura 128, Parte V);
4. Sentinela (AC, MT, MS, PR, RO, RR, SC), com ações de combate ao tráfico de drogas, armas e munições, entrada de produtos ilícitos, saída de riquezas e crimes conexos na fronteira do Brasil com o Paraguai, Argentina, Bolívia, Peru e Colômbia (Figuras 129 a 147, Parte V);
5. Enafon (MT, SC, RR, AM, MS, PR, AC, RO), com ações de patrulhamento de fronteiras para coibir crimes realizados nas regiões fronteiriças (Figuras 148 a 183, Parte V);
6. Guanabara I e II (RJ); com ações de policiamento ostensivo para a garantia da implementação do PRONASCI em áreas de risco, e ações de segurança do Comitê Olímpico Internacional durante inspeção na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente;
7. Retorno (PA), com ações de policiamento ostensivo para combate aos crimes ambientais no estado;
8. Marambaia (PA), com ações de policiamento ostensivo devido a conflitos por posse de terra na Fazenda Marambaia, localizada no estado;
9. Presídio (MA), com ações de guarda, vigilância e custódia de presos no Presídio de Pedrinhas, devido a rebelião de detentos;
10. Pataxó (BA), com ações de policiamento ostensivo em razão de conflitos por terras gerados por indígenas Pataxós, que ocuparam terras;

11. Redentor (RJ), com ações de defesa civil e perícia para busca, salvamento, resgate, identificação de corpos e ajuda humanitária em razão da catástrofe ambiental ocorrida na região serrana do estado;
12. Grajaú (MA), com ações de policiamento ostensivo em cidades do estado para manutenção da ordem e garantia da segurança pública;

Em 2011, foram realizadas as Operações:

1. Jirau (RO), com ações de preservação da ordem pública, em razão da ocorrência de manifestações populares na usina Hidrelétrica de Jirau (Figuras 184 a 186, na Parte V);
2. Entorno II (GO) com ações de investigação de crimes e policiamento ostensivo na região fronteira entre Goiás e Distrito Federal (Figuras 187 e 188, Parte V);
3. Jaraguá (AL), com ações de investigação de crimes e de policiamento ostensivo para a preservação da ordem pública (Figuras 189 a 194, Parte V);
4. Xingu (PA), com ações de policiamento ostensivo em áreas indígenas para garantir a ordem pública em terras indígenas devido a conflitos entre indígenas e não-indígenas dentro do território Indígena Apyterewa (Figuras 195 a 197, Parte V);
5. Xinane (AC), com ações de policiamento ostensivo por conta de conflitos entre indígenas e não-indígenas no município de Feijó no estado do Acre (Figura 198, Parte V);
6. Caxias (PI), com ações de policiamento ostensivo para garantir a segurança pública no estado do Piauí, devido à greve de policiais militares (Figura 199, Parte V);
7. Varredura (AC), com ações de mergulho para busca por corpos de pessoas vítimas de homicídios no estado do Acre (Figura 200, Parte V);
8. Sucuriú (MS), com ações de segurança da Usina Hidrelétrica de São Domingos, em decorrência da manifestação de operários que trabalhavam na construção (Figura 201, Parte V);

9. Enafron (PA, AP, AC, MS) com ações de patrulhamento de fronteiras para coibir o tráfico de drogas e outros crimes correlatos (Figuras 202 a 236, Parte V);
10. Protetor I (MA, AM, PA), com ações voltadas para a proteção de pessoas defensoras de direitos humanos em situação de ameaça (Figura 237, Parte V);
11. Protetor II (PA, AM) com ações voltadas para a proteção de pessoas defensoras de direitos humanos em situação de ameaça (Figuras 238 e 239, Parte V);
12. Ceará (CE), com ações de policiamento em razão de greves de policiais locais (Figura 240 a 246, Parte V);
13. Tambiá (PB), com ações de investigação de crimes para a conclusão de inquéritos policiais de homicídios e outros crimes correlatos (Figuras 247 a 250, Parte V);
14. Tekohá (MS), com ações de policiamento ostensivo em áreas indígenas para garantir a ordem pública em terras indígenas, por conta de conflitos de terras entre indígenas e não- indígenas da região (Figuras 251 a 261, Parte V);
15. Potiguar (RN), com ações de investigação de crimes para a conclusão de inquéritos policiais de homicídios e de outros crimes correlatos (Figuras 262 a 266, Parte V);
16. Protetor III e IV (PA) com ações voltadas para a proteção de pessoas defensoras de direitos humanos em situação de ameaça;
17. Mamoré (RO), com ações de policiamento ostensivo na capital em razão da greve da Polícia Militar (Figuras 267 e 268, Parte V);
18. Cerrado (GO), com ações de policiamento ostensivo, polícia judiciária e perícia forense, no estado do Goiás (Figuras 269 a 271, Parte V);
19. Redentor II (RJ), com ações de policiamento ostensivo para preservação da ordem pública, de resgate de vítimas e identificação de corpos, em razão de desastre ambiental (Figuras 272 a 295, Parte V).

Em 2012:

1. Divisa Segura (DF), com ações de policiamento ostensivo em rodovias para restabelecer e preservar a ordem pública (Figuras 296 a 304, Parte V);
2. Belo Monte (PA) com ações de policiamento ostensivo a fim de preservar o patrimônio público da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. (Figuras 305 a 309, Parte V);
3. Curupira (RO, PA, MT), com ações de combate a crimes ambientais para a conservação da biodiversidade (Figuras 310 a 315, Parte V);
4. Guarani (MS) com ações de policiamento em áreas indígenas para a preservação da ordem pública, nos conflitos envolvendo indígenas e fazendeiros da região (Figuras 316 a 320, Parte V);
5. Tocantinópolis (TO), com ações de policiamento ostensivo para garantir a segurança e a manutenção da ordem na zona do conflito, que envolvia indígenas da região em decorrência da falta de energia na aldeia Apinajé, e para a realização do pleito eleitoral de 2012 (Figuras 321 e 322, Parte V);
6. Maraiwatsede (MT), com ações de policiamento ostensivo em áreas indígenas para a segurança dos integrantes do IBAMA no combate aos incêndios criminosos no território indígena Maraiwatsede (Figuras 323 a 325, Parte V);
7. Jirau II (RO), com ações de policiamento na Usina Hidrelétrica de Jirau para proteção do patrimônio federal e manutenção da ordem (Figuras 326 a 329, Parte V);
8. Pacificadora I (RJ), com ações de policiamento ostensivo para a implementação da Estratégia Nacional de Enfrentamento ao CRACK (Figuras 330 a 334, Parte V);
9. Ágata IV (AM/RR/PA/AP), com ações de policiamento ostensivo para coibir crimes realizados em regiões de fronteira nos estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, e realizada em conjunto com ICMBio, DPF, IBAMA, FUNAI e Forças Armadas (Figuras 335 e 336, Parte V);

10. Ágata V (MS/PR/SC), com ações de policiamento ostensivo para coibir crimes realizados em regiões de fronteira nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, e Santa Catarina, e realizada em conjunto com ICMBio, DPF, IBAMA, FUNAI e Forças Armadas (Figuras 337 a 339, Parte V);
11. Kari-Oca (RJ), com ações de policiamento ostensivo para garantir a realização de manifestações paralelas ao evento Rio+20 por parte de grupos indígenas e preservação da ordem (Figuras 340 a 343, Parte V);
12. Terras Indígenas/PF (BA), com ações de policiamento ostensivo para a manutenção da ordem em terras indígenas (Figuras 344 a 347, Parte V);
13. Enafron (AM), com ações de patrulhamento em fronteiras para coibir o tráfico de drogas, armas e outros crimes correlatos na fronteira do Amazonas com estados vizinhos (Figuras 348 a 352, Parte V);
14. Bahia (BA), com ações de policiamento em razão de greves de policiais locais (Figuras 353 a 357, Parte V);
15. Rio Acre (AC), com ações de salvamento, busca e resgate das populações atingidas pelas enchentes do Rio Acre (Figuras 358 a 362, Parte V);
16. Defesa da Vida (RO), com ações de combate a crimes ambientais como extração ilícita de madeira e proteção dos grupos indígenas moradores da região (Figuras 363 a 367, Parte V);
17. Kayabi (MT), com ações de combate a crimes ambientais, especialmente da extração ilegal de minerais, no Rio Teles Pires (figuras 368 e 369, Parte V);
18. Protetor I (RO), com ações de proteção a pessoas defensoras de direitos humanos em situação de ameaça;

Em 2013:

1. Operação Macuco (BA), com ações de policiamento ostensivo devido a conflitos com população indígena, no estado da Bahia (Figuras 370 a 377, Parte V);

2. Capixaba (ES), com ações de resgate e salvamento em razão de enchentes provocadas por chuvas intensas (Figuras 378 a 388, Parte V);
3. Confederações (RJ, PE, DF), com ações de policiamento ostensivo para a segurança e garantia de realização dos Jogos da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, nos estados (Figuras 389 a 391, Parte V);
4. Jornada Mundial da Juventude Católica (RJ), com ações de policiamento ostensivo para a segurança de pessoas e do patrimônio público durante o evento (Figuras 392 a 394, Parte V);
5. Onda Verde (MT, PA, RR) com ações de policiamento ostensivo em apoio ao IBAMA para o enfrentamento a crimes ambientais, com ênfase no desmatamento ilegal nos estados (Figuras 395 a 405, Parte V);
6. Parnaíba (MA), com ações policiamento custódia de presos e segurança em unidades prisionais (Figura 406, Parte V);
7. Santa Catarina (SC), com ações de policiamento ostensivo, escoltas e transferências de presos, varreduras e contenção nos presídios do estado, em decorrência dos ataques a bases policiais, transportes coletivos, veículos particulares e prédios públicos (Figuras 407 a 410, Parte V);
8. Tapajós I e II (PA) com ações de policiamento ostensivo para o desenvolvimento das obras de infraestrutura nas Usinas de Jirau e Santo Antônio (Figuras 411 e 412, Parte V);
9. Aérea (AL), com ações técnico-operacionais em aviação policial;
10. Serra Dourada (GO), com ações de com ações de investigação de crimes de homicídio, em especial na região metropolitana de Goiânia;
11. Enafron (AC) com ações de patrulhamento em fronteiras para coibir tráfico de drogas, de armas de outros crimes correlatos na região de fronteira do estado;
12. PRF - BR 040 (GO) com ações de policiamento ostensivo na rodovia BR 040, em razão das ações violentas ocorridas na região do entorno do Distrito Federal;

13. Pacificadora II (RJ), com ações de policiamento ostensivo para a implementação da estratégia Nacional de Enfrentamento ao CRACK;
14. Expedicionário da Saúde (AM), com ações de policiamento ostensivo voltadas para a segurança profissionais envolvidos em atividades de vacinação dos povos indígenas da região;
15. Mato Grosso do Sul (MS), com ações de policiamento ostensivo em áreas indígenas proteger a integridade física de todos os envolvidos em conflitos decorridos de invasões de propriedades rurais, especificamente no estado;
16. Sauipe (BA), com ações de policiamento ostensivo para a segurança do sorteio dos Jogos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

Em 2014:

1. Angicos (SE), com ações de perícia forense para elucidação de crimes ocorridos no estado (Figuras 413 a 419, Parte V);
2. Jamarí (RO), com ações de policiamento ostensivo para manutenção da segurança pública (Figuras 420 a 423, Parte V);
3. Parnaíba II (MA), com ações policiamento ostensivo para manutenção da segurança pública (Figuras 424 a 431, Parte V);
4. Copa FIFA 2014 (RN/RJ/BA/MG/RS/PR), com ações de policiamento ostensivo para a segurança e garantia de realização dos Jogos da Copa FIFA Brasil 2014 no estado (Figuras 432 a 445, Parte V);
5. Leão do Norte (PE), com ações de policiamento em razão de greves de policiais locais (Figuras 446 a 449, Parte V);
6. Bahia II (BA), com ações de policiamento em razão de greves de policiais locais (Figuras 450 a 452, Parte V);
7. Potiguar II (RN), com ações de perícia forense e polícia judiciária para a investigação de crimes no estado (Figuras 453 a 465, Parte V);
8. Rio Madeira (RO), com ações de resgate, busca e salvamento em razão de desastres climáticos (Figuras 466 a 473, Parte V);

9. Siris (SE), com ações de custódia de presos e de segurança em unidades prisionais do estado (Figuras 474 a 480, Parte V);
10. Ti-Awa (MA), com ações de policiamento em áreas indígenas em razão de conflitos envolvendo populações indígenas na região (Figuras 481 a 485, Parte V);
11. Torres (MA), com ações de policiamento em áreas indígenas em razão de conflitos envolvendo populações indígenas na região;
12. FIFA Team (SC), com diversas ações de polícia para a garantia da segurança e realização das atividades e jogos previstos para o evento esportivo;
13. Enafron (AC, MS), com ações de patrulhamento em fronteiras para coibir tráfico de drogas, de armas de outros crimes correlatos nas regiões de fronteiras dos estados;
14. Maraiwatsede II (MT), com ações de policiamento ostensivo em áreas indígenas em razão de conflitos no território indígena Maraiwatsede;
15. Jarí (AP), com ações de salvamento e resgate de pessoas desaparecidas no Rio Jarí, devido à incidente na Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jarí;
16. Escolta Copa (AL), com ações de escolta de delegações de times de futebol para os Jogos da Copa FIFA Brasil 2014 no estado. Angicos (SE), com ações de perícia forense para elucidação de crimes ocorridos no estado;
17. Copa PRF 2014 (BA, MT, MG, RJ, RS, PR), com ações de policiamento ostensivo para a segurança e garantia de realização dos Jogos da Copa FIFA Brasil 2014 nos estados.
18. Aérea (TO, RN, DF), com ações técnico-operacionais em aviação policial nos estados;

Conforme demonstram as informações acima descritas, a FNSP vem aumentando em número e ampliando a natureza das suas operações.

II.7C. ATUAÇÃO – PRINCIPAIS OPERAÇÕES

Primeiramente, cabe enfatizar que não há operações mais importantes e menos importantes, pois todas são de grande relevância para aqueles que recebem o aporte da FNSP, assim como para seus integrantes, que acumulam experiência e conhecimento a cada missão realizada. Há, no entanto, operações marcantes por características próprias do caso e/ou por demandar ações de grande escala com diferentes modalidades de atuação ocorrendo simultaneamente. Importa lembrar que para cada operação, há um conjunto de medidas que a antecedem e que são realizadas posteriormente à retirada da tropa. Com isso, quanto mais diversa é a atuação da FNSP, mais extensas serão as atividades nas fases pré, durante e pós-missão. Assim, abaixo serão apontadas algumas operações consideradas referenciais por suas especificidades, e por isso, consideradas principais, sem demérito das demais.

É consensual que a operação dos Jogos Pan-Americanos (Rio de Janeiro, 2007) se concretizou em um divisor de águas. No período que antecedeu essa operação, seus integrantes realizaram outras operações – compreendidas como preparatórias – com o foco naquela que seria uma das maiores e mais importantes para sua atuação. Importante não somente pela grandeza do evento, mas como também pelo ineditismo para seus integrantes que até então não haviam vivenciado esse tipo de experiência. Ela serviu como um *rito de passagem*, à medida que habilitou a FNSP para atuar em grandes eventos de escala internacional. Nesse sentido, esta operação pode ser reconhecida como uma das mais importantes e desafiadoras.

O objetivo central da operação era a garantia da segurança nos Jogos Pan-Americanos 2007. A FNSP coordenou algumas ações e se integrou em outras que estavam sendo protagonizadas por Órgãos de Segurança, Inteligência e Defesa Civil, nos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal. A metodologia de atuação previa a articulação entre todos os órgãos executores envolvidos e serviços emergenciais. A abordagem, portanto, foi de cooperação e transparência.

Para a atividade de busca, salvamento e perícia, a operação Redentor II (2011), na região serrana do estado do Rio de Janeiro, pode ser considerada um marco. A catástrofe ambiental ocorrida foi classificada como o maior desastre natural na história do país, fato que a posicionou entre os dez maiores na categoria *enchentes e deslizamentos* até então, segundo a avaliação da ONU. A atuação da FNSP foi de grande relevância em busca e salvamento de sobreviventes, remoção de corpos e trabalho pericial de identificação de aproximadamente mil mortos. Além disso, essa operação reuniu todas as modalidades de atuação, que são as ações de polícia ostensiva e judiciária, de bombeiro socorrista e defesa civil, e de perícia forense. Em termos de desafios, as equipes enfrentaram condições climáticas instáveis geradoras de risco permanente, dificuldade de acesso a determinadas localidades isoladas pelos deslizamentos, uma população em pânico e contexto oportuno à prática de atos ilícitos devido à desestruturação generalizada de serviços públicos. Por essas características ela se tornou uma das principais para a FNSP.

No ano de 2013, foram realizadas duas grandes operações: Jornada Mundial da Juventude Católica (Rio de Janeiro) e Copa das Confederações (Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal). A Jornada Mundial da Juventude Católica apresentou características específicas e diferenciadas em termos de grandes eventos, de escala internacional. Seu público, diferentemente dos públicos de eventos esportivos, possuía especificidades relativas ao perfil de devotos e fiéis, e ainda jovens. Esses fatores contribuíram para que a FNSP se visse diante de uma situação inédita. Além disso, houve ainda a guarda e segurança do Papa Francisco – uma autoridade religiosa internacional – e possível alvo de ações de terroristas, fato já acontecido no passado com outros representantes da Igreja Católica.

A Copa das Confederações, da mesma forma, congregou representantes de outros países, atletas e público participante em diversas cidades brasileiras. O número de ações de policiamento ostensivo realizadas em todos os locais dos eventos esportivos significou um grande esforço de planejamento, deslocamento e monitoramento/acompanhamento das atividades da FNSP. O público esportivo igualmente possui características específicas, sendo necessário manter rigoroso

controle para evitar a violência de torcedores e de torcidas organizadas. Essa operação também funcionou como um estágio preparatório para a Copa do Mundo FIFA 2014, que seria um evento ainda de maior impacto internacional, sobre o qual recaía grande expectativa, principalmente por parte da área de segurança pública. Ambas as operações colaboraram para o aumento da visibilidade da FNSP junto à sociedade brasileira e à comunidade internacional. Por essa razão, podem igualmente ser inseridas no conjunto de operações importantes.

Em geral, as operações em territórios considerados como *selva* ou seja, a região amazônica, representam um desafio diferenciado, porque acontecem em locais de difícil acesso e circulação, e em ambiente inóspito e pouco conhecido. Somando-se a isso, a violência de grupos armados que ocupam a selva amazônica para fins ilícitos compõem um cenário de grande risco para os integrantes da FNSP. Há localidades nesse território que ficam fora de alcance de qualquer tipo de comunicação, o que coloca a tropa em completo isolamento. Em 2008, com a participação no Projeto Amazônia Legal, a FNSP iniciou esse tipo de missão. A primeira, e por isso a mais relevante, foi a Operação Arco de Fogo. Ela foi desenvolvida em nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão. Portanto, esse tipo de operação faz parte do mosaico de desafios experimentados pelas equipes desde a criação da FNSP.

As operações em territórios indígenas são um desafio diferenciado, pois a FNSP lida não somente com as questões de segurança. As distintas etnias indígenas apresentam características culturais próprias. Elas usam linguagem diferenciada entre si e seus hábitos culturais também variam. O amplo conhecimento sobre seus territórios lhes permite circular com facilidade e dificultar o acesso da FNSP a esses grupos. A comunicação deve ser realizada por meio de intérprete, o que significa que a maioria não compreende o idioma português, e com isso há uma grande restrição no que se refere à comunicação rápida e coletiva. Em geral, essas operações são desenvolvidas em contextos de disputas violentas por território, onde a atuação deve ser imediata para prevenir e coibir crimes violentos e homicídios. Os conflitos por terra também são marcados por disputas políticas, com divergência de interesses. Esses fatores colocam as

equipes em cenários complexos e inóspitos. Parte de seu trabalho, assim é fomentar o processo de negociação da paz entre indígenas e proprietários de terras, como também garantir a segurança para a população da localidade, e os envolvidos diretamente nos conflitos.

As operações sobre questões ambientais são realizadas majoritariamente na região norte do país. Nesses territórios ocorrem atividades de caça ilegal de animais, uso ilegal da terra para plantio de ervas como maconha e coca, extração de madeira, exploração generalizada do solo, ocupação ilícita de terras protegidas pelo patrimônio natural brasileiro, desmatamento e toda sorte de crimes ambientais. Em geral, os crimes ambientais estão envolvidos em redes de crime organizado, de abrangência internacional. Nesses casos, a FNSP lida com um tipo diferenciado de grupos de criminosos, grosso modo, preparados para uma reação violenta e letal contra os que se colocarem como obstáculo. Somando-se a esse contexto, as regiões onde esses crimes acontecem podem ser em territórios indígenas, fato de agravamento das condições. Da mesma maneira que as reservas indígenas, esse território apresenta características hostis em termos climáticos e de transporte. Dependendo da localização, o acesso é somente terrestre, sem veículo. Em outros casos, somente por embarcações. As Operações Roosevelt (2008) e Arco de Fogo (2009) são exemplos de desafios severos que possibilitaram às equipes acumular experiências nessa modalidade de operação, e por isso são importantes.

As operações em fronteiras são compreendidas como desafiadoras. Elas são marcadas por situações de grande precariedade, já que ocorrem em territórios limítrofes, com escassez de serviços. A partir de 2010, a FNSP realizou as Operações intituladas Enafron, geralmente, em apoio ao DFP. A Enafron, por ser ação federal com participação de distintos órgãos federais e locais, oportuniza às equipes realizar um trabalho em conjunto de natureza específica. As especificidades das regiões de fronteira conformam um território adverso, com incidência de criminalidade de toda sorte. Desde crimes ambientais, a tráfico de pessoas e de órgãos, comércio ilícito, contrabando e tráfico de drogas, armas dentre outros materiais. Assim, a diversidade de fatores se traduz em operações desafiadoras, com doses de ineditismo, já que as fronteiras brasileiras podem ser

terrestres ou popularmente chamadas de secas ou separadas por águas fluviais, chamadas de *molhadas*. Em decorrência do tipo de fronteira, as equipes enfrentam dificuldades diferenciadas. Não obstante, desde então a FNSP vem avançando em termos de conhecimentos teóricos e empíricos e desenvolvendo expertise para lidar com operações nesses contextos.

II.8A. FORMAÇÃO – PRIMEIRAS INC

Para a constituição do efetivo da FNSP, em 2004, todas as Unidades Federadas – exceto o Estado do Rio de Janeiro – enviaram representantes selecionados dos seus contingentes de policiais militares, bombeiros militares, além de policiais rodoviários federais, para serem treinados pela FNSP. O suporte técnico necessário à atuação da FNSP foi concretizado nos treinamentos intitulados de INC, elaborados pelos então gestores do DFNSP e promovidos pela SENASP, com público-alvo todos os profissionais que integrariam a FNSP. Essa medida tinha como objetivo principal a atualização e padronização de conhecimentos e técnicas a ser empregados nas suas atividades. Outro objetivo seria habilitar seus integrantes para missões de diversas naturezas, como em áreas favelizadas e morros com alto risco de vida, em controle de distúrbios, e em operações na zona rural.

Para as INC foi elaborado um *Projeto de Instrução para Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública*¹⁰, que definia as atribuições da coordenação dos cursos, os objetivos e todo o desenho metodológico a ser seguidas. A coordenação das INC, a cargo da SENASP, tinham as seguintes atribuições:

- Solicitar às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares a indicação de instrutores e integrantes das respectivas Corporações

¹⁰ O referido Projeto encontra-se nos anexos.

para participarem da INC e, por consequência, integrarem a FNSP, de acordo com o perfil e requisitos estabelecidos;

- Convocar e cadastrar os integrantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares indicados pelos respectivos Comandantes-Gerais para participar da INC e integrar a FNSP, na qualidade de instrutores e instruendos;
- Cuidar das questões relativas à logística necessária para o perfeito funcionamento da instrução (transporte dos militares estaduais dos respectivos Estados de origem até Brasília/DF, traslado do aeroporto até o local de hospedagem, acomodações no local de hospedagem, pagamento de diárias e disponibilização de material e equipamentos necessários);
- Recepcionar os militares estaduais em Brasília/DF e acomodá-los no local de funcionamento da INC, transmitindo-lhes as informações necessárias sobre seu desenvolvimento;
- Zelar pelo cumprimento do planejamento da INC, realizando os ajustes necessários em virtude de problemas pontuais que possam ocorrer (necessidade de substituição de instrutores, obtenção de locais apropriados para um treinamento específico, em virtude de impossibilidade de utilização de um local previsto etc.);
- Prover os instrutores dos materiais didáticos e de expediente necessários à elaboração de apostilas sobre os assuntos das respectivas matérias;
- Divulgar comunicados destinados aos instruendos e instrutores;
- Zelar pelo bem-estar e prestar assistência aos integrantes do corpo discente e docente nas suas necessidades pessoais e emergenciais, mormente de ordem médica;
- Receber dos integrantes do corpo docente os relatórios contendo as avaliações dos instruendos que apresentem os problemas descritos no item 4.1.7 destas diretrizes e processar os dados na respectiva ficha cadastral do instruendo para consultas futuras;
- Receber dos integrantes do corpo docente os dados relativos a quaisquer problemas havidos durante as sessões de instrução, mormente no tocante ao funcionamento dos equipamentos utilizados

- e a incidentes ou acidentes envolvendo instruendos, adotando as medidas pertinentes para a solução dos problemas;
- Receber dos Chefes de Turma os dados relativos a quaisquer problemas de saúde, ou mesmo de disciplina relacionados aos integrantes da turma fora do horário de instrução, adotando as medidas pertinentes para a solução dos problemas;
 - Desligar instruendos e substituir instrutores;
 - Elaborar os certificados de frequência e conclusão da INC a serem entregues aos instruendos na solenidade de encerramento;
 - Preparar os programas das solenidades de abertura e encerramento da INC, bem como cuidar dos aspectos relativos a sua divulgação pública;
 - Cuidar do transporte de retorno dos militares estaduais aos respectivos Estados de origem;
 - Elaborar ofícios destinados aos Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, informando-lhes sobre condutas inadequadas de seus respectivos comandados, praticadas durante o período da INC, encaminhando cópias de documentos comprobatórios se for o caso.

Em 2004, a FNSP iniciou o processo de qualificação dos profissionais selecionados, porém como o DFNSP ainda não possuía uma sede própria, as formações aconteceram em diferentes cidades, aquelas que ofereciam instalações adequadas e disponibilidade para os cursos. Em 2004 ocorreu em Brasília, na Academia Nacional da Polícia Federal. Em 2005, elas aconteceram em Montenegro (RS). Em 2006, as formações foram realizadas em João Pessoa (PB). Posteriormente, os treinamentos foram feitos em Luziânia (GO), até que em 2013 a FNSP se estabeleceu em sua sede definitiva no Gama (DF), onde até a atualidade são realizadas as atividades de formação e treinamento. O período de tempo para a realização da INC inicialmente era de treze dias ininterruptos e os profissionais permaneciam durante esse período em regime de dedicação exclusiva, atualmente as INC ocorrem num período de vinte e um dias consecutivos.

Segundo o Projeto elaborado, os objetivos da formação dos profissionais eram:

Objetivos Gerais

- Habilitar os integrantes da Força Nacional de Segurança Pública para atuação e desenvolvimento de missões policiais de diversas naturezas tanto em localidades urbanas de alto risco, tais como favelas, morros, em controle de distúrbios, bem como em operações em zona rural.
- Atualizar e padronizar conhecimentos e técnicas policiais para emprego na atividade de polícia ostensiva.
- Integrar e criar espírito de corpo entre os integrantes da Força Nacional de Segurança Pública os quais são oriundos de diferentes estados da Federação.

Objetivos Específicos

- Capacitar os participantes da instrução para:
- Aplicar as diversas técnicas de patrulhas policiais em áreas urbanas e rurais;
- Aplicar os conhecimentos necessários para utilização de armamentos e munições;
- Aplicar as técnicas necessárias para a execução do tiro policial na atividade ordinária, especial ou extraordinária;
- Aplicar os conhecimentos a respeito das técnicas de gerenciamento de crise, bem como sobre o comportamento a ser adotado em ocorrências de alta complexidade;
- Aplicar os conhecimentos necessários para utilização dos equipamentos, das munições químicas e de antitumulto, bem como a forma de atuação em controle de distúrbios e pânico nas operações policiais em geral;
- Aplicar os conhecimentos de socorros de urgência;
- Aplicar as diversas técnicas de abordagem policial e patrulhamento tático móvel;
- Conhecer e aplicar os princípios básicos sobre os direitos humanos.

O Projeto também definia as seguintes disciplinas, com suas respectivas cargas horárias:

| Matéria | Carga-horária Oficiais | Carga-horária Praças |
|--|-------------------------------|-----------------------------|
| Armamento e Munição | 10 | 10 |
| Controle de Distúrbios e Pânico | 10 | 10 |
| Agentes Químicos e Munições não Letais | 10 | 10 |
| Tiro Tático | 20 | 20 |
| Técnicas Especiais de Abordagem | 16 | 16 |
| Socorros de Urgência e Combate a Incêndio | 10 | 10 |
| Técnicas de Patrulha | 14 | 14 |
| Direitos Humanos | 04 | 04 |
| Gerenciamento de Crise | 06 | - |
| Dinâmica de Grupo e Relações Interpessoais | 04 | 04 |
| Treinamento Físico | 08 | 10 |
| Carga horária total | 112 | 108 |

De 2004 a 2006, enquanto a FNSP ainda era uma coordenação, foram qualificados sete mil quatrocentos e dezessete profissionais. Em 2007, não houve INC, devido à mobilização integral da equipe para a participação nos Jogos Pan-Americanos.

75

II.8B. FORMAÇÃO – CURSOS E TREINAMENTOS

Desde 2004 até 2014, foram realizadas cinquenta e nove edições de INC para policiais militares e bombeiros militares, sete edições de INC para policiais civis e seis edições de INC para profissionais de perícia. Em 2010 foram desenvolvidas INC especialmente voltadas para policiamento em fronteiras (PEFRON), pois esta frente de ação passou a se constituir como uma atividade recorrente na atuação da FNSP. Nos anos subsequentes, foram criadas INC para atender a demandas de qualificação em temas específicos, com os quais a FNSP estaria atuando.

A INC é assim a principal atividade da CGTC. Entretanto, deve ser compreendido que a formação profissional é um processo continuado que se desenvolve por meio de diferentes atividades. Assim, além da INC, são implementados cursos e treinamentos continuados para os profissionais mobilizados pela FNSP para integrar as operações.

Enquanto o profissional estiver atuando nas operações, ele recebe treinamento específico referente à operação em andamento no local onde a operação está sendo desenvolvida. Os treinamentos, em geral, oferecem aos integrantes da operação informações sobre o contexto local, isto é, tipo de criminalidade, condições do terreno e outras especificidades que contribuam com o aumento do conhecimento sobre a situação a ser enfrentada de uma maneira ampliada. Sua duração depende da carga horária necessária para atingir seu objetivo.

Os cursos são temáticos, ou seja, abordam assuntos específicos para possibilitar o aprofundamento sobre o tema. Eles podem tratar de assuntos como abordagem, tiro, investigação, atividades em fronteira, questões indígenas, questões ambientais etc. A duração dos cursos é de pelo menos uma semana.

Os profissionais que retornam à FNSP depois de um período de afastamento passam por um treinamento chamado de Estágio de Readaptação. O conteúdo desse treinamento é desenhado para a atualização de conhecimentos sobre a FNSP, incluindo as questões legais, normativas e operacionais. Da mesma forma, são abordados temas como procedimentos, uso de equipamentos e armamento, direitos humanos, dentre outros. Assim, o Estágio de Readaptação oferece um conjunto de conhecimentos práticos que qualificam o profissional a integrar novamente a FNSP.

Abaixo, encontra-se o quadro demonstrativo da natureza, quantitativo de formados e seu estado de origem, e local onde foram realizadas as atividades.

| 2004 | INC | | | |
|-------|--------|----------|---------------------|---|
| | Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| | 1ª INC | 248 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 2ª INC | 193 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 3ª INC | 184 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO |
| | 4ª INC | 191 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 5ª INC | 181 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 6ª INC | 187 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 7ª INC | 172 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| TOTAL | 1356 | | | |

(INC 2004: Figuras 486 a 498, Parte V)

77

| 2005 | INC | | | |
|---------|---------|----------|---|---|
| | Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| | 8ª INC | 463 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 9ª INC | 358 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 10ª INC | 350 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 11ª INC | 198 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 12ª INC | 194 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS e SC |
| 13ª INC | 215 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, | |

| | | | | |
|--|---------|------|----|---|
| | | | | PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC e SE |
| | 14ª INC | 187 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RN, RO, RR, RS, SC e TO |
| | 15ª INC | 225 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 16ª INC | 219 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 17ª INC | 201 | RS | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | TOTAL | 2550 | | |

(INC 2005: Figuras 499 a 501, Parte V)

| INC | | | | |
|------|---------|----------|---------------------|---|
| | Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| 2006 | 18ª INC | 312 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 19ª INC | 319 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 20ª INC | 365 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 21ª INC | 336 | PB | AC, AL, AM, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 22ª INC | 356 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| | 23ª INC | 346 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 24ª INC | 310 | PB | AC, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 25ª INC | 318 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| | 26ª INC | 317 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, |

| | | | |
|---------|------|----|---|
| | | | PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| 27ª INC | 336 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC, SE e TO |
| 28ª INC | 276 | PB | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RO, RR, RS, RJ, SC e TO |
| TOTAL | 3591 | | |

(INC 2006: Figuras 502 a 566, Parte V)

| INC | | | |
|---|-------------|---------------------|---|
| Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| 29ª INC | 59 | DF | SE, TO, PI, BA, GO, RJ, AM, PA, MG, PB, PR, SP, DF, AL, MS, AC e RN |
| 30ª INC | 67 | DF | AC, SC, PI, BA, MG, RN, RO, TO, MS, PR, PB, PA, AM, AL, GO, SP, DF e RS |
| 31ª INC | 53 | DF | GO, RS, TO, AL, DF, PA, AM, SP, RN, RR, RJ, RO, MG, BA, AC, AP, SC, MS, PB e MA |
| 32ª INC | 60 | DF | MA, PB, SP, TO, RS, PA, RJ, AC, PR, AP, BA, MS, AM, PI, RO, GO, AL, SC, RR, DF e RN |
| 33ª INC | 99 | DF | AL e MA |
| 34ª INC | 44 | DF | RS e AL |
| TOTAL | 387 | | |
| CURSOS | | | |
| Curso | Capacitados | Local de realização | |
| Curso de UDF e Técnicas e Tecnologias Não-Letais | 144 | RJ | |
| Curso de Escolta e Operações Penitenciárias | 35 | MA | |
| Treinamento de Operações Penitenciárias | 80 | MA | |
| Estágio de Gerenciamento de Crises | 50 | MS | |
| Seminário de Explosivos e Medidas de Segurança | 41 | CE | |
| Curso de Condutores de Cães de Busca de Pessoas em Áreas Colapsadas | 41 | DF | |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Drogas | 46 | RJ | |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Explosivos | 37 | RS | |
| Estratégias Para Conservação da Natureza | 40 | MS | |
| Curso de UDF e Emprego de Técnicas e Tecnologias Não-Letais – Multiplicador | 24 | DF | |
| Curso de Técnico Explosivista Policial | 34 | DF | |

| | | |
|---|----|----|
| Curso de Formação de Instrutores em Direitos Humanos Aplicáveis à Função Policial | 22 | DF |
| Treinamento Antibomba PMAM | 32 | AM |

(INC 2008: Figuras 567 a 569, Parte V)

| INC | | | |
|--|-------------|---------------------|--|
| Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| 35ª INC | 181 | Luziânia - GO | DF, RJ, GO, MT, RR, SC, RO, AL, SE, AM, PE, RS e RN |
| 36ª INC | 185 | Luziânia - GO | RR, PA, RN, BA, TO, AP, PB, PE, RS, AM, SE, AL e PI |
| 37ª INC | 147 | Luziânia - GO | RS, MA, MG, AC, MS, MT, PA, RN, AP, AM, RJ, BA, CE, PB, PI |
| TOTAL | 513 | | |
| CURSOS | | | |
| Curso | Capacitados | Local de realização | |
| Curso de Capacitação para Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis | 42 | RJ | |
| Curso Uso Progressivo da Força e Técnicas e Tecnologias Não-Letais II – Mercosul | 50 | DF | |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Drogas I | 26 | RJ | |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Explosivos I | 26 | RS | |
| Curso de Condutores de Cães de Busca a Pessoas em Áreas Colapsadas I | 26 | DF | |
| Curso de Uso Progressivo da Força e Técnicas e Tecnologias Não-Letais III | 50 | DF | |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Drogas II | 26 | RJ | |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Explosivos II | 26 | RS | |
| Curso de Condutores de Cães de Busca a Pessoas em Áreas Colapsadas II | 26 | DF | |
| Curso de Estratégias para Conservação da Natureza | 40 | MS | |

2009

| 2010 | INC | | | |
|--|----------------|---------------------|-----------------------------|--|
| | Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| | 38ª INC PM | 166 | DF | RJ, MS, MT, PI, MG, BA, AL, AP, PA, AM, RS |
| | 39ª INC PM | 159 | DF | RS, PB, CE, SE, GO, DF, RO, MG, RR, PA, RN, PI e MT |
| | 40ª INC PM BM | 140 | DF | PR, RS, PE, AC, TO, DF, PB, RJ, PI, CE, RR, AP, BA, PA, GO, AL, MS, SE, RO, MT, AM e RN |
| | 1ª INC PC | 105 | DF | PA, MT, MS, PB, PI, PE, PR, RJ, RS e RR. |
| | 1ª INC PERÍCIA | 27 | DF | AC, AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, MT, MS, PA, MG, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, RO, RR e SC. |
| | 1ª INC PEFRON | 118 | PA | PA, AM, AP e MT |
| | 2ª INC PEFRON | 87 | PA | AM, AP, MT, RR e SC |
| | 3ª INC PEFRON | 118 | PA | AM, AP, MT, RR, DF, AC e PA |
| | 4ª INC PEFRON | 73 | PA | AM, AP, MT, RR, PR e SC |
| | 5ª INC PEFRON | 111 | PA | AP, SC, PR, RR, AC, AM e PA |
| | 6ª INC PEFRON | 78 | PA | RR, MT, SC, AP, TO e PA |
| | 7ª INC PEFRON | 108 | PA | MT, RR, SC, AP, RO e PA |
| | 8ª INC PEFRON | 149 | PA | MT, RR, AP, RS, AM e RO |
| 9ª INC PEFRON | 50 | PA | RS, PA, MS, PA, RR, RO e AC | |
| TOTAL | 1489 | | | |
| CURSOS | | | | |
| Curso | Capacitados | Local de realização | | |
| Curso Avançado de Direitos Humanos I | 35 | DF | | |
| Curso Avançado de Direitos Humanos II | 35 | DF | | |
| Curso Avançado de Direitos Humanos III | 35 | DF | | |
| Curso Avançado de Direitos Humanos IV | 35 | DF | | |
| Curso de Guarda Ambiental Nacional I | 50 | DF | | |
| Curso de Guarda Ambiental Nacional II | 50 | DF | | |
| Curso de Guarda Ambiental Nacional III | 50 | DF | | |
| Curso de Guarda Ambiental Nacional IV | 50 | DF | | |
| Curso de Medidas Estratégicas para Conservação da Natureza | 40 | MS | | |
| Curso de Resoluções de Conflitos Agrários I | 40 | DF | | |
| Curso de Resoluções de Conflitos Agrários II | 40 | DF | | |
| Curso de Guarda Parques I | 50 | DF | | |
| Curso de Guarda Parques II | 50 | DF | | |
| Curso de Ações de Contenção e Escoltas em Estabelecimentos Penais I | 40 | DF | | |
| Curso de Ações de Contenção e Escoltas em Estabelecimentos Penais II | 40 | DF | | |
| Curso Capacitação Atuação Policial frente a GrupoS Vulneráveis I | 20 | DF | | |
| Curso Capacitação Atuação Policial frente a GrupoS Vulneráveis II | 20 | DF | | |

| | | |
|---|----|----|
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Drogas I | 26 | RJ |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Drogas II | 26 | RS |
| Curso de Condutores de Cães Farejadores de Explosivos I | 26 | DF |
| Curso Condutores de Cães Farejadores de Explosivos II | 26 | RJ |
| Curso Condutores de Cães de Busca de Pessoas em Áreas Colapsadas I | 26 | RS |
| Curso de Condutores de Cães de Busca de Pessoas em Áreas Colapsadas II | 26 | DF |
| Curso de Uso Progressivo da Força e Técnicas e Tecnologias Não-Letais I | 35 | DF |
| Curso de Uso Progressivo da Força e Técnicas e Tecnologias Não-Letais II | 35 | DF |
| Curso de Uso Progressivo da Força e Técnicas e Tecnologias Não-Letais III | 35 | DF |
| Curso de Uso Progressivo da Força e Técnicas e Tecnologias Não-Letais IV | 35 | DF |

(INC 2010: Figura 570, Parte V)

| INC | | | |
|----------------------|----------|---------------------|---|
| Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| 2ª INC PC E PERÍCIA | 74 | DF | AL AM AP DF ES GO PA PB PI RO RR SE SP TO |
| 3ª INC PC E PERÍCIA | 60 | DF | AP GO MA MS MT PA PI RJ RN RO RS SC SE AC AL BA MA MS MT PA RO RS |
| 41ª INC PM | 145 | GO | AL AM AP BA MG MS MT PA PI RJ |
| 42ª INC PM | 104 | GO | AM DF GO MG MT PB RJ RN RS SC |
| 43ª INC PM BM | 234 | GO | AC BA CE DF MA MT PE RO RR RS SC SE SP TO, AC AL AM AP BA CE DF ES GO MA MG MS MT PA PB PE PI PR RJ RN RO RR RD SC SE SP TO |
| 1ª INC CMDO E GESTÃO | 24 | DF | CE DF GO MS MT PA RJ RR RS, RN |
| 1ª INC ADM | 68 | DF | BA CE DF ES GO MA MS MT PA PB PE RJ RN RR RS SC SE SP TO e AP |
| TOTAL | 709 | | |

| CURSOS | | |
|---|-------------|---------------------|
| Curso | Capacitados | Local de realização |
| Curso de Patrulhamento Motorizado | 33 | GO |
| Curso Básico de Controle de Distúrbios Cíveis | 24 | GO |
| Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Avançado e Tático | 26 | GO |
| Curso de Comando de Incidentes - módulo ICS 100/210 - 1ª ed (em conjunto com a embaixada dos USA) | 22 | DF |
| Curso de Comando de Incidentes - módulo ICS 300 - 1ª ed (em conjunto com a embaixada dos USA) | 22 | DF |
| Curso de Operador Taser - GCM de Diadema/SP | 51 | SP |
| Treinamento Operacional do DFNSP | 37 | AM |
| Curso de Operador Taser - GCM de São João de Meriti/RJ | 61 | RJ |
| Estágio de Readaptação - 1ª Edição | 20 | GO |
| Treinamento Operacional do DFNSP | 43 | AL |
| Estágio de Readaptação - 2ª Edição | 25 | GO |
| Curso de Operador Taser - DEPEN/MS | 106 | MS |
| Curso de Operador Taser - DEPEN/RO | 170 | RO |
| Estágio de Readaptação - 3ª Edição | 24 | GO |
| Curso de Operador Taser - DEPEN/DF | 66 | DF |
| Curso de Operador Taser - Polícia Judiciária e Perícia Criminal | 42 | MS |
| Curso de Operador Taser - DEPEN/RN | 62 | GO |
| Instrução de Armamento e Tiro (Carabina 5,56 IMBEL) para Profissionais da Polícia Civil do DFNSP | 99 | RN |
| Curso de Operador Taser - DEPEN/PR | 49 | DF |
| Estágio de Readaptação do Efetivo Convocado pela FNSP - 4ª Edição | 194 | PR |
| Curso de Operador Taser - GM de Várzea Grande/MT | 20 | GO |
| Curso de Operador Taser - GCM de Osasco/SP | 66 | MT |
| Curso de Operador Taser - GM de Campinas/SP | 323 | SP |

| | | |
|--|-----|----|
| Curso de Operador Taser - GM de Paranaguá/PR | 468 | SP |
| Curso de Operador Taser - GM de Salvador/BA | 299 | PR |
| Curso de Operador Taser - GM de Natal/RN | 358 | BA |
| Estágio de Readaptação - 5ª Edição | 210 | RN |
| | 87 | GO |

(INC 2011: Figuras 571 a 576, Parte V)

A INC Comando e Gestão foi elaborada para capacitar os profissionais de segurança e futuros integrantes da FNSP para o exercício de funções de comando e gerenciamento de projetos e pessoas seguindo um único padrão de procedimentos. Da mesma forma, a instrução com enfoque procedimental administrativo (ADM) foi desenvolvida para que os profissionais pudessem conhecer as atividades administrativas de apoio operacional na FNSP obedecendo a uma padronização em termos de procedimentos administrativos próprios da esfera federal.

84

| Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
|----------------|-----------------|----------------------------|--|
| 1ª INC PACIF | 26 | GO | BA, TO, DF, RS, SE, MT, GO e SP |
| 2ª INC PACIF | 119 | GO | RS, PA, AL, ES, CE, RN, PB, AP, AL, AC, DF, TO, AM, PI, PE, MS e SE |
| 4ª INC PC | 62 | GO | TO, SC, RN, SE, RO, CE, BA, AM, MT, PB, RR, GO, RS, RJ e PI |
| 44ª INC PM | 61 | DF | DF |
| 45ª INC PM | 159 | GO | ES, MT, AL, AP, BA, RJ, AM, MG, PA, MS e MT |
| 46ª INC PM | 141 | GO | RN, GO, SC, RS, BA, CE, PB, CE, RO, AM e MS |
| 47ª INC PM | 130 | GO | SE, AC, PR, PE, RR, DF, TO, SE, CE, PE, BA e SP |
| 48ª INC BM | 89 | GO | MG, SE, ES, PA, AM, AP, DF, TO, AC, CE, GO, PB, MA, SP, RS, PR, RO, RR, RJ, MT, PE, BA, MS, RN, AL, PI |
| 4ª INC PERÍCIA | 45 | GO | PR, RN, PI, AL, MS, MA, RO, ES, AP, GO, AM, MG, RR, RJ, SC, BA, RS, PA, PE |
| TOTAL | 832 | | |

| CURSOS | | |
|--|-------------|---------------------|
| Curso | Capacitados | Local de realização |
| Treinamento Operacional - Operação Cerrado - 1ª Edição | 46 | GO |
| Curso De Operador De Arma De Condutividade Elétrica | 353 | SC |
| Estágio De Readaptação - 1ª Edição | 140 | GO |
| Treinamento Operacional - Operação Cerrado - 2ª Edição | 47 | GO |
| Treinamento Operacional - Operação Cerrado - 3ª Edição | 48 | GO |
| Estágio De Readaptação - 2ª Edição | 55 | GO |
| Treinamento Operacional - Operação Cerrado - 4ª Edição | 20 | GO |
| Treinamento Operacional - Operação Jaraguá | 67 | AL |
| Treinamento Operacional - Enafon - Ponta Porã | 48 | MS |
| Estágio De Readaptação - 3ª Edição | 13 | GO |
| Treinamento Operacional - Operação Jirau | 92 | RO |
| Treinamento Operacional - Operação Jaraguá | 89 | AL |
| Treinamento Operacional - Operação Enafon/ Tabatinga | 36 | AM |
| Estágio De Readaptação - 4ª Edição | 29 | GO |
| Treinamento Operacional - Enafon - Ponta Porã | 34 | MS |
| Estágio De Readaptação - 5ª Edição | 38 | GO |
| Busca E Resgate Em Estrutura Colapsada - 1ª Edição | 28 | DF |
| Busca E Resgate Em Estrutura Colapsada - 2ª Edição | 23 | DF |
| Estágio De Readaptação - 6ª Edição | 25 | GO |
| Curso De Formação Técnica De Bombeiros De Aeródromo | 28 | DF |
| Estágio De Readaptação - 7ª Edição | 21 | MS |
| Estágio De Readaptação - 8ª Edição | 19 | GO |

Em 2013, foi desenvolvida uma INC especial para abordar os assuntos pertinentes à inteligência policial (INTELIGÊNCIA), buscando capacitar os profissionais a exercer tal atividade.

| INC | | | |
|---|-------------|---------------------|---|
| Edição | Formados | Local de realização | Unidades Federativas participantes |
| 5ª INC PC | 86 | DF | AC, AL, AM, AP, GO, MG, MS, MT, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP e TO |
| 5ª INC PERÍCIA | 66 | DF | AC, AM, AP, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO |
| 1ª INC INTELIGÊNCIA | 18 | DF | AL, DF, GO, PA, RN, RO, RS, SC, SE, SP, GO, PE, RN, SC e SP |
| 49ª INC PM | 71 | DF | DF |
| 50ª INC PM | 98 | RS | RS |
| 51ª INC PM | 148 | AC | AC |
| 52ª INC PM | 163 | DF | AL, AM, AP, BA, MG, MS, PA, PE, PI, RJ e TO |
| 53ª INC BM | 105 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE e TO |
| 54ª INC PM | 267 | DF | AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE e TO |
| 6ª INC PC | 42 | DF | AL, AP, GO, MG, MT, PB, PE, PR, RN, RO, RS, SC, SE e TO |
| TOTAL | 1064 | | |
| CURSOS | | | |
| Curso | Capacitados | Local de realização | |
| Estágio de Readaptação – 1ª Edição | 62 | DF | |
| Estágio de Readaptação – 2ª Edição | 58 | DF | |
| Estágio de Readaptação para Grandes Eventos – 1ª Edição | 176 | DF | |
| Estágio de Readaptação para Grandes Eventos – 2ª Edição | 191 | DF | |
| Estágio de Readaptação para Grandes Eventos – 3ª Edição | 171 | DF | |
| Estágio de Readaptação para Grandes Eventos – 4ª Edição | 646 | DF | |
| Estágio de Readaptação para Grandes Eventos – 5ª Edição | 75 | DF | |
| Curso de Atendimento Pré-Hospitalar – 1ª Edição | 22 | DF | |
| Curso de Atendimento Pré-Hospitalar – 2ª | 22 | DF | |

2013

| | | |
|--|----|----|
| Edição | | |
| Curso de Percepção de Risco Geológico e Estrutural | 37 | DF |
| Curso de Sistema de Comando de Incidentes | 39 | DF |
| Estágio Operacional de Abordagem – 1ª Edição | 67 | AL |
| Estágio Operacional de Abordagem – 2ª Edição | 27 | AL |
| Estágio Operacional de Abordagem – 3ª Edição | 32 | AL |
| Estágio Operacional de Abordagem – 4ª Edição | 29 | AL |
| Estágio Operacional de Abordagem – 5ª Edição | 28 | AL |
| Estágio Operacional de aplicações Táticas | 25 | RJ |

(INC 2013: Figuras 599 a 629, Parte V)

| INC | | | |
|---|-------------|---------------------|---|
| Edição | Formados | Local de Realização | UF dos participantes |
| 55ª INC PM | 84 | RO | RO |
| 56ª INC PM | 76 | DF | AL, MS, MT e RN |
| 57ª INC PM | 230 | DF | AL, BA, MA, MT, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, TO |
| 58ª INC PM | 101 | DF | AC, AL, AP, CE, DF, ES, GO, MG, PA, PE |
| 59ª INC BM | 117 | DF | AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, TO. |
| 6ª INC PERÍCIA | 22 | DF | AP, MG, MS, MT, PE, PI, PR, RS, SC, SP |
| 7ª INC PC | 39 | DF | AC, AL, AM, AP, GO, MA, MG, MT, RN, RO, RR, RS, SC. |
| TOTAL | 686 | | |
| CURSOS | | | |
| Curso | Capacitados | Local de realização | |
| Estágio Operacional para Grandes Eventos | 40 | DF | |
| Curso de Escolta e Batedores Policiais | 39 | DF | |
| Estágio de Readaptação - 2ª Edição | 119 | DF | |
| Estágio Operacional de Abordagem Policial | 30 | AL | |
| Estágio Operacional de Abordagem Policial | 42 | AL | |
| Estágio Operacional para Grandes Eventos 1ª Ed. | 400 | Bases do DFNSP | |
| Estágio de Readaptação - 3ª Edição | 85 | DF | |
| Busca e Salvamento em Deslizamentos | 25 | SC | |
| Curso de Resgate em Áreas Inundadas | 25 | SC | |

| | | |
|---|-----|----------------|
| Estágio Operacional para Grandes Eventos 2ª Ed | 400 | Bases do DFNSP |
| Estágio de Readaptação - 4ª Edição | 66 | DF |
| Estágio Básico de Salvamento Aquático | 36 | DF |
| Curso de Escolta e Batedores Policiais | 52 | DF |
| Estágio Operacional para Grandes Eventos - 3ª Edição | 400 | Bases do DFNSP |
| Estágio Operacional de Aplicações Táticas | 60 | RJ |
| Curso de Inteligência de Seg. Pública | 35 | DF |
| Estágio de Readaptação - 5ª Edição | 117 | DF |
| Estágio de Readaptação para Guarda Vidas - 1ª Edição | 51 | RN |
| Estágio de Readaptação - 6ª Edição | 47 | DF |
| Estágio de Readaptação (Polícia Civil) - 7ª Edição | 7 | DF |
| Estágio Operacional de CDC em Estabelecimentos Prisionais | 107 | MA |
| Atendimento Pré-Hospitalar Básico | 25 | DF |
| Estágio Operacional de Abordagem Policial 3ª Edição | 110 | AL |
| Treinamento para nivelamento de mergulhadores | 20 | DF |
| Estágio Operacional de Fronteiras – 1ª Edição | 40 | MS |
| Estágio Operacional de Fronteiras – 2ª Edição | 40 | AC |
| Estágio Operacional de CDC – 1ª Edição | 40 | RJ |
| Sistema de Comando de Incidentes - 1ª Edição | 40 | DF |
| BREC | 50 | SP |
| 8º Estágio de Readaptação | 40 | DF |

(INC 2014: Figuras 630 a 646, Parte V)

Dessa maneira, evidencia-se que a formação dos integrantes da FNSP é decisiva para a atuação qualificada dos profissionais. A realização das atividades se concretiza em momentos distintos, que antecedem o emprego da tropa, assim como são desenvolvidas durante a realização da operação. Essas características enfatizam a amplitude das demandas por qualificação que a atuação da FNSP impõe.

II.9A. CONTEXTO SOCIAL – FATOS RELEVANTES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Torna-se importante destacar que a criação da FNSP ocorreu em um cenário de segurança pública com episódios marcantes para a história brasileira. A começar com o Estatuto de Desarmamento (Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003) cujo conteúdo consolidou um avanço no controle do uso de armas de fogo, sobretudo de pequeno porte. Para o país, a política pública de desarmamento simboliza um marco na redução desse tipo de crime, à medida que foram registrados números alarmantes de mortes por arma de fogo¹¹ nas últimas décadas.

Em 2004, o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang produziu repercussão internacional. Ela defendia o uso sustentável da terra no Pará, e com sua morte, internacionalizou a questão da reforma agrária na região amazônica. As agências de direitos humanos nacionais e internacionais se mobilizaram para reivindicar a proteção dos direitos humanos e de suas lideranças, diante do risco de morte que sua atuação resultava.

Já em 2006, a sociedade brasileira presenciou uma onda de violência organizada pelo PCC principalmente em São Paulo. Foram ataques ao transporte público, aos profissionais de segurança, a prédios privados como bancos, rebeliões de presos e outros atos de desordem nas cidades. Essas ações resultaram em mortes, paralisação de cidades, conflitos, medo e insegurança. Esses acontecimentos organizados desde penitenciárias colocaram em xeque a governabilidade das autoridades sobre a segurança no país.

¹¹ Para acompanhamento do número de mortes por arma de fogo, veja o relatório “Mapa da Violência”, acessível no link http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2013_armas.php



Figura 12: Imagem retirada da internet

No campo da violência de gênero, foi sancionada a Lei Maria Penha (Lei Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006). Essa Lei se constitui em um marco político-social de organizações e movimento de mulheres e da sociedade, que institui mecanismos mais rigorosos para coibir a violência contra mulheres. Ela se destaca ao tipificar a violência doméstica e familiar contra a mulher, como também por determinar que a violência doméstica contra a mulher pode ocorrer independentemente de sua orientação sexual. Com relação à organização do judiciário, ela determina a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Sua importância e qualidade foram reconhecidas pela ONU, que a classificou como uma das leis mais avançadas do mundo no que se refere a este tipo de violência.

90

II.9B. CONTEXTO SOCIAL – AÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO NA SEGURANÇA PÚBLICA

O governo brasileiro implementou um conjunto de medidas para realizar de maneira organizada e planejada mudanças na política nacional de segurança pública. Algumas delas são:

▪ 1º Plano Nacional de Segurança Pública

O 1º Plano Nacional de Segurança Pública¹², criado em 2000, foi resultado de um esforço entre gestores públicos, especialistas e profissionais de segurança pública que procuraram sistematizar conceitos e propostas para a política nacional de segurança pública. Seu objetivo principal foi de estabelecer um marco político-conceitual que pudesse orientar as ações de profissionais, governos e sociedade civil para a promoção da segurança pública. Até então, os entes federados desenvolviam suas estratégias e iniciativas de acordo com sua experiência e conhecimento, caracterizando um cenário de múltiplas abordagens, não raro, com insatisfatória sustentação conceitual e empírica. Assim, o Plano foi uma tentativa de oferecer subsídios para as políticas públicas de segurança locais em consonância com a política nacional. A ideia norteadora foi de criação SUSP, com sete eixos temáticos:

- Gestão do conhecimento
- Reorganização institucional
- Formação e valorização institucional
- Prevenção
- Estruturação da perícia
- Controle externo e participação social
- Programas de redução da violência

No mesmo ano, foi criação o Fundo Nacional de Segurança Pública que ofereceria recursos financeiros às iniciativas da política nacional de segurança pública, implementada pela União, como também pelos entes federados.

¹² O documento na íntegra pode ser acessado no link <http://www.dhnet.org.br/redebrasil/executivo/nacional/anexos/pnsp.pdf>

- **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**

O PRONASCI¹³, criado em 2007, foi elaborado com base em noventa e quatro medidas, divididas em Ações Estruturais e Programas Locais. As Ações Estruturais são: (i) Modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional, (ii) Valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários; e (iii) Enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado. Os Programas Locais contemplavam (i) Território de Paz; (ii) Integração do Jovem e da Família; e (iii) Segurança e Convivência.

O Programa foi considerado um marco nas políticas públicas de segurança do Brasil. Suas propostas de ação para redução da violência evidenciaram a natureza transversal da segurança pública, que demanda ações integradas entre os diversos setores públicos. O Programa foi implementado por meio da articulação dos órgãos da União, dos estados/distrito federal e municípios, e ainda previa a participação das famílias e da comunidade. Em 2011, seus princípios e diretrizes foram absorvidos e passaram a orientar a política pública brasileira. Isso consolidou o caráter transversal da segurança pública.

- **Gabinete de Gestão Integrada – GGI**

Em termos de gestão da segurança pública, a questão a ser enfrentada seria a articulação de maneira eficiente de forças e órgãos sob estruturas administrativas distintas e independentes, pois o pacto federativo brasileiro garante o exercício do poder local por parte de cada ente federado. Por outro lado, as iniciativas de integração de ações e transversalização da segurança pública demandaram o estabelecimento de espaços de tomada de decisão em conjunto, onde fosse possível compartilhar conhecimentos e experiências, como distribuir responsabilidades para a persecução de objetivos e metas em conjunto.

¹³ Informações sobre o PRONASCI podem ser encontradas na página do Ministério da Justiça, no link <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ3444D074ITEMID2C7FC5BAF0D5431AA66A136E434AF6BCPTBRIE.htm>

Nesse sentido, o GGI¹⁴ foi concebido para criar esse espaço de interlocução permanente entre as organizações e órgãos ligados à implementação da política de segurança pública em questão. Sua organização interna propõe uma gestão compartilhada sem hierarquia organizacional entre os participantes, de maneira que haja ampla participação e autonomia técnica de cada membro de acordo com suas atribuições profissionais. O planejamento, o acompanhamento e a avaliação de ações e projetos são funções fundamentais para a execução da gestão integrada. O GGI pode ser desenvolvido pelos municípios, estados/distrito federal ou em esfera regional e de fronteiras.

Suas linhas de atuação são:

- O incremento da integração entre os órgãos do sistema de justiça criminal;
- A implantação do planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas pelo sistema de justiça criminal;
- A constituição da informação como principal ferramenta de ação policial.

93

▪ **Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP**

A Enasp¹⁵ foi criada em 2010 como uma estratégia de gestão de ações e metas compartilhadas do MJ, entre seus órgãos. Com isso, ela reúne organizações da justiça e da segurança pública. Os poderes judiciário e legislativo também participam da ENASP, à medida que estão incluídos em metas e projetos do MJ. A ENASP congrega, portanto, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a advocacia pública e privada, a Defensoria

¹⁴ Mais informações sobre o GGI estão disponíveis no link <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica-1/senasp-1/ggi>

¹⁵ A ENASP pode ser acessada com aprofundamento na página do Ministério da Justiça, no link <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={A9B3212C-427F-4E34-B513-02E6E5F46030}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B06FB6774-E4E7-4967-B401-9D3D2B469CCC%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

Pública, e outros órgãos que estejam envolvidos com a realização e ações e metas.

Da mesma forma que o GGI, a ENASP funciona com base no planejamento conjunto de iniciativas por parte de seus integrantes, se configurando em instrumento de execução de ações integradas e transversais. Sua metodologia de trabalho se constitui na definição de temas a serem abordados. Esses temas são conjuntamente assumidos pelos órgãos integrantes, que definem suas ações com base na dimensão de sua atuação.

A FNSP participou da ENASP em parceria com a Polícia Civil de Alagoas para a investigação de crimes e apuração de inquéritos policiais envolvendo homicídios. Essas ações faziam parte das metas estabelecidas pela ENASP para aumento da taxa de esclarecimento de crimes. Nessa ocasião, a capital do estado foi acometida por um número elevado de homicídios de moradores de rua, fato que gerou repercussão midiática em âmbito nacional e internacional. A operação foi intitulada *Operação Alagoas*. A participação da FNSP na ENASP pode ocorrer nessa e em qualquer outra iniciativa do MJ mediante a indicação do mesmo, pois a FNSP funciona como um recurso a ser utilizado em situações onde sua atuação seja adequada e necessária.

94

- **Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP**

A RENAESP¹⁶ tem desenvolvido o proposta de formação e qualificação dos profissionais de segurança pública, de maneira permanente. Suas ações se desenvolvem por meio de convênios com as IES, no formato de curso de pós-graduação lato sensu. Esse projeto pode ser inserido no conjunto de ações que buscam a valorização dos profissionais de segurança, por intermédio da

¹⁶ As IES integrantes da RENAESP, bem como as ações e formas de integrar a rede para acessar seus cursos são informações que podem ser encontradas no link <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E9CFF814-4C4E-4071-AF8F-ECE67226CD5B}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B4A3525E3-C802-496E-84AD-5B27C6649AE7%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

educação continuada. A incorporação das IES nesse processo também se configura em um avanço em termos de envolvimento por parte das IES na formação desse público, bem como no melhoramento da qualidade do ensino para os mesmos.

Suas diretrizes são:

- Democratização do acesso ao conhecimento técnico-científico para os profissionais de segurança pública, independentemente do cargo, hierarquia, patente, categoria profissional ou classe;
- Aprimoramento dos profissionais de segurança pública, por meio de uma formação acadêmica multidisciplinar, orientada para o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos;
- Valorização da participação dos profissionais de segurança pública no ambiente acadêmico.

Os cursos oferecidos pela RENAESP são gratuitos para que os profissionais possam ter acesso ao ensino oferecido sem ônus. Por outro lado, com o oferecimento de cursos de pós-graduação aos profissionais de segurança também é possível produzir e sistematizar o conhecimento empírico desse segmento.

95

▪ **Matriz Curricular Nacional**

A Matriz Curricular Nacional¹⁷ se configura, igualmente a RENAESP, como uma estratégia de aperfeiçoamento da atuação dos profissionais de segurança por meio da formação. Entretanto, ela foi criada para orientar e oferecer subsídios conceituais e organizacionais para a formação oferecida nas instituições de segurança. As ações de formação da RENAESP objetivam favorecer a visão do

¹⁷ A Matriz Curricular Nacional pode ser acessada no link <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E9CFF814-4C4E-4071-AF8F-ECE67226CD5B}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B414D534C-B317-480A-9995-C6D049ED9190%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>

exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, de participação profissional, social e política em um Estado Democrático de Direito. Seus princípios são:

- Ético – os princípios contidos neste grupo enfatizam a relação existente entre as Ações Formativas e a transversalidade dos Direitos Humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de Segurança Pública num Estado Democrático de Direito.
- Educacional – os princípios contidos neste grupo apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.
- Didático-pedagógico – os princípios deste grupo orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

As ações de formação, segundo a Matriz, devem estar inseridas em eixos temáticos estabelecidos como prioritários para a formação cidadão desse público. As instituições de segurança pública, porém, podem desenvolver a formação e seus membros com autonomia para integrar outros temas que considerem relevante. O conhecimento local deve ser explorado nos processos de formação para que o profissional tenha proximidade com a realidade local, entretanto, sem perder a visão global no qual sua formação está inserida.

Os eixos temáticos são:

Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública;

- Violência, Crime e Controle Social;
- Cultura e Conhecimentos Jurídicos;
- Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
- Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública;
- Cotidiano e Prática Policial Reflexiva;
- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

As iniciativas apontadas anteriormente registram o movimento democratizante da segurança pública no país, implementado pelo governo brasileiro. Esses são alguns exemplos de propostas que visam o aprimoramento da prática dos profissionais de segurança pública, e a gestão integrada e planejada dos setores envolvidos. A participação da sociedade também é um dos marcos principais da gestão democrática da segurança.

- **Brasil Mais Seguro**

O Programa Brasil Mais Seguro do governo federal, lançado em junho de 2012, foi concebido para promover a redução da criminalidade violenta, da impunidade, aumentar a sensação de segurança da população e produzir maior controle de armas. Os entes federados podem participar do Programa por intermédio de acordo de cooperação. A implantação do Programa Brasil Mais Seguro seguirá uma ordem de priorização entre os entes federados estabelecida por fatores como:

- Crescimento regional nas taxas de homicídios por 100.000 habitantes;
- Tendência de crescimento acelerado no número de crimes violentos letais intencionais nos últimos cinco anos;
- Interesse do ente na adesão considerando às condicionalidades apresentadas pelo Governo Federal, incluindo contrapartidas.

O Programa igualmente busca tornar a gestão e o desempenho das forças locais de segurança pública ainda mais eficiente, de maneira que obtenham as condições necessárias para a redução da criminalidade. Assim, ele estará contribuindo para a melhoria da gestão da política local de enfrentamento à violência, de maneira mais abrangente. Suas estratégias são voltadas para:

- Melhoria dos procedimentos de investigação e de perícia;
- Aprimoramento das atividades de policiamento ostensivo e policiamento de proximidade junto à sociedade;

- Promoção do aumento da capacidade de articulação e cooperação entre os distintos órgãos de segurança pública, do sistema prisional e do sistema de justiça criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública);
- Realizar o monitoramento e a ocupação de áreas onde são registrados os mais elevados de crimes violentos nas unidades federadas;
- Promoção de iniciativas de estímulo ao desarmamento e destruição de armas de fogo;
- Promover maior articulação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal e de Segurança Pública.

Para alcançar seus objetivos o Programa tem como público-alvo os profissionais de segurança pública dos Estados e Distrito Federal, isto é, profissionais de perícia, policiais militares e civis, bombeiros militares, guardas municipais, como também, policiais federais e servidores do Ministério Público e dos Tribunais de Justiça.

98

Os estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte aderiram ao BMS, e por isso foram destinatários de diversos aportes, inclusive financeiro. Dentre as iniciativas propostas pelo Programa, está a atuação da FNSP. Suas ações podem ser desenvolvidas segundo sua expertise nas áreas de perícia, policiamento, busca e salvamento, e investigação criminal. Assim, a FNSP integra o conjunto de possibilidades oferecidas ao ente conveniado.

▪ ENAFRON

A Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) se configura como um conjunto de políticas e projetos do Governo Federal, com os objetivos de:

- Promover a articulação entre os atores governamentais, das esferas municipal, estadual e federal para implementar políticas públicas de

segurança nas fronteiras incluindo o crime organizado e os crimes transnacionais;

- Alinhar conceitos e ações sobre segurança em fronteiras;
- Otimizar os investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira;
- Garantir a presença permanente de instituições policiais e de fiscalização nas regiões de fronteira;
- Melhorar a percepção de segurança pública junto à sociedade.

Ela foi criada para enfrentar as ações de criminalidade nas fronteiras, cujo perfil inclui além de tráfico de drogas e de armas, contrabando de mercadorias, exportações ilícitas, tráfico de pessoas, tráfico de animais dentre outras atividades ilícitas. Nesse sentido, o país busca transformar as regiões de fronteira em locais mais seguros, onde a população local verifique a atuação do Estado de forma ampla, e em especial no campo da segurança pública.

Com a finalidade de articular as forças locais e as federais de segurança pública, assim como promover a cooperação em termos de políticas públicas, a ENAFRON estimula a criação de espaços de gestão compartilhada como os GGIM e câmaras temáticas sobre fronteiras. A ENAFRON funciona por meio de acordo de cooperação com os entes federados que se enquadrem na situação de estados/municípios fronteiriços. Aos conveniados são repassados recursos financeiros, aporte logístico para a implementação da política local, acompanhamento das ações e apoio de natureza diversa.

A FNSP participa da ENAFRON por meio de solicitação do órgão com competência para a realização da operação. Nos casos onde a Polícia Federal for a responsável pela operação, a FNSP poderá participar em auxílio à mesma, já que sua natureza é subsidiária aos órgãos competentes. Sua ação deve ser em atividades definidas pelos termos da legislação que regulamenta sua atuação. A FNSP tem um largo histórico de operações realizadas em fronteiras como parte da ENAFRON, que evidencia uma parceria consolidada entre a PF e a FNSP.

Os acontecimentos de violência no início da década de 2000 provocaram percepções de insegurança e, ainda mais grave, de descontrole e ingovernabilidade sobre as condições sociais de manutenção da ordem mínima necessária para o equilíbrio do cotidiano da sociedade. Violações de direitos humanos e violências culminaram em mortes de lideranças, de presos, de profissionais de segurança e de civis. A sociedade, os governantes e organizações de segurança pública enfrentaram diversos ataques violentos no país e em especial na capital brasileira mais populosa e central em muitos aspectos – São Paulo. A organização e multiplicidade de atos violentos em algumas cidades formou um contexto de demandas por segurança e paz. As autoridades públicas necessitaram dar respostas de ordem objetiva em curto prazo.

100

A área de segurança pública, por meio do MJ e da SENASP, notoriamente, iniciou um processo de criação de mecanismos de gestão integrada para o incremento da ação pública. Iniciativas de treinamento e qualificação dos profissionais foram desenvolvidas para que pudessem atuar com mais assertividade e eficiência. Investimentos e aportes financeiros foram destinados ao setor da segurança pública. Essas são algumas das ações governamentais que consolidaram os esforços de redução da violência e da criminalidade, bem como de restabelecimento da ordem pública.

A FNSP foi concebida como mais uma resposta do governo federal à situação encontrada. Ela buscou dar encaminhamento às demandas apresentadas pelos governos locais, que, com isso, publicizaram a escassez de ferramentas e recursos necessários para uma intervenção de curto prazo e qualificada. Diante disso, a FNSP assumiu a tarefa de oferecer os recursos humanos e técnicos para a redução da insegurança e da violência.

PARTE III - CONSIDERAÇÕES

Desde sua criação, há dez anos, a FNSP tem realizado inúmeras ações em diversos estados. O lema *Preparados para Tudo* reflete a multiplicidade de situações nas quais pode ser acionada para atuar, e se dispõe a tal. Torna-se evidente que diante de sua trajetória e emprego constante sob solicitação dos governos locais, a FNSP ocupa um espaço relevante na política de segurança pública do governo federal. Ela tem assumido tarefas e realizado missões cujos resultados têm produzido reconhecimento.

À luz dos interlocutores entrevistados, a FNSP enfrenta alguns desafios relevantes para a continuidade de sua ação exitosa, a saber:

- Seguir com rigor sua finalidade precípua que é a atuação episódica e planejada. Nos casos onde seu emprego excede, há riscos de *tornar-se parte do problema* (fala de um dos entrevistados), fato que se traduz em desgaste de imagem, redução de credibilidade e eficiência. Sua atuação é por natureza de caráter extraordinário. Quando a FNSP permanece por longos períodos em uma operação, ela pode se tornar parte de uma ação cotidiana que deve ser assumida pelas forças locais.
- O estranhamento¹⁸ dos membros da comunidade local aos profissionais da FNSP é necessário. Seu projeto e imagem foram criados para promover uma atuação que represente uma *nova polícia* (fala de um dos entrevistados), e esse tem sido um fator favorável ao seu desempenho. Ela oferece um trabalho de qualidade com resultados imediatos e assim deve ser mantida. Portanto, efetividade está diretamente relacionado com uma atuação de precisão cirúrgica.
- A inclusão da FNSP no Art. Nº 144 da Constituição Federal configura-se em desafio a ser superado para garantir estabilidade legal e sua efetivação.
- A qualificação profissional tornou-se um traço significativo em sua identidade. Nesse sentido, é importante garantir o treinamento dos profissionais mobilizados, preferencialmente antes de seu deslocamento

¹⁸ Expressão apropriada da antropologia cujo significado se refere à oposição ao cotidiano, ou seja, fatos exóticos e fora do cotidiano.

de uma operação para outra. Para tal, deve ser inserido um intervalo de tempo entre uma missão e outra para realizar a capacitação necessária ao emprego da tropa na operação seguinte. Cotidianamente, essas capacitações ocorrem durante as operações em curso.

- Oferecer apoio psicoemocional aos profissionais mobilizados pode ser uma estratégia de aprimoramento da sua atuação. Mesmo recebendo treinamentos que lhes oferece capacidade técnica e profissional para lidar com as situações enfrentadas, há questões que fogem a essa esfera e devem ser abordadas.

Em termos de conquistas, a FNSP pode contabilizar:

- O aumento de sua capacidade organizacional em nível de gestão e planejamento, como também na execução das operações. São mantidos registros de todos os processos realizados desde a elaboração do plano de ação à fase de encerramento de uma operação.
- Sua atuação vem obtendo crescente reconhecimento por parte dos profissionais de segurança pública, gestores públicos e sociedade civil. Isso se deve ao aprimoramento, abrangência e eficiência da FNSP. A proposta de integração entre distintas categorias profissionais e cooperação entre União e estados/distrito federal tem-se revelado como uma estratégia bem sucedida inclusive na redução dos entraves socioculturais entre as regiões do país.
- Para finalizar, *a maior conquista foi mostrar que ela pode, que é capaz* (fala de um dos entrevistados).

Com relação à imagem da FNSP, houve consenso sobre a visão positiva de sua atuação. As razões para esse fato estão vinculadas ao sucesso de suas operações e ao desempenho profissional-ético de seus integrantes.

PARTE IV - Documentos e Bibliografia Referenciais

DOCUMENTOS REFERENCIAIS

Caderno PRONASCI, 2007.

Matriz Curricular da SENASP, 2008.

Projeto de Instrução para Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública

Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, Cadernos MARE da Reforma do Estado, 1998.

Programa ENAFRON, Ministério da Justiça, 2013.

Relatório de Gestão da SENASP, 2007.

Relatório de Atividades de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública. SENASP, 2007.

103

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

AZEVEDO, Maria Elena da Luz; CAMPOS, Carlos Alberto da Silva & OLIVEIRA, Lívia Benkendorf. Força Nacional de Segurança Pública: um rosto conhecido em um corpo indecifrável. NUFEP, TCC 2006.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de & SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. UFPI, 2011.

SANTOS, Emerson Figueiredo dos. Análise crítica da Força Nacional de Segurança Pública diante do sistema constitucional do emprego das forças armadas em situações de grave perturbação da ordem pública. REBESP, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 23-32, 2014.